

alavanc@

CGTP-IN

ANO 4 — N.º 19
NOVEMBRO DE 1978
PREÇO 15500



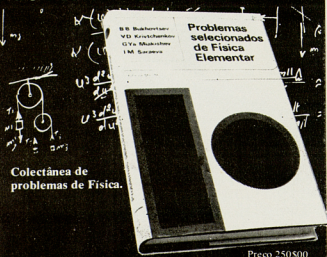
OS PROBLEMAS
DA MULHER TRABALHADORA

CMT/CGTP-IN:
UM ENCONTRO FRUTUOSO

TRABALHADORES
DE TODO O PAIS EM LUTA
PELA REFORMA AGRARIA



Problemas seleccionados de Física Elementar



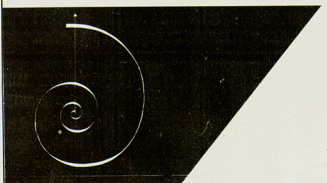
Colectânea de problemas de Física.

Preço 250\$00

CD a distribuição

Problemas e exercícios de Análise Matemática

Sob a direcção de B. DEMIDOVITCH



Preço 300\$00

CD a distribuição



Transportado pelos
Caminhos de Ferro
Portugueses

LEIA NESTE NÚMERO



▲
VOLTARAM OS ESPANCAMENTOS E OS CÃES-POLÍCIAS AOS CAMPOS DO ALENTEJO



▲
A DESINTERVENÇÃO NA ECRIL



◀
REAL VINÍCOLA : MAIS UMA DESINTERVENÇÃO

alavaneia

CGTP-IN

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
- INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vítor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



▲ CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL SOBRE PROBLEMAS DA MULHER TRABALHADORA



SUMÁRIO

Editorial - Só com os trabalhadores	5
Conclusões do Plenário Nacional de 28 de Setembro	6
Pelo seu 8.º aniversário na unidade, a CGTP-IN felicitamos os trabalhadores de todo o País	7
Três perguntas a	11
Sobre os problemas da mulher trabalhadora	12
Um militante sindical	14
Tem a palavra	15
1.º Encontro Nacional Sobre Higiene e Segurança no Trabalho	15
Conflitos laborais	16
Voltaram os espancamentos e os cães-polícias aos campos do Alentejo	18
A CGTP-IN e o mundo	22
Informação jurídica - contratos a prazo	25
Campanha de fundos	25
Contratação Colectiva: 1 milhão e 500 mil trabalhadores em luta pela revisão dos seus contratos de trabalho	26
O MURPI lembra ... a invalidez não espreguiça idades	30

GIDECE - tempos livres - em directo com os leitores - livros recebidos, etc.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA.
SARIL

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRO DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral, (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º - LISBOA

Em directo com os leitores

João Ramos — Beja

A sua exposição acerca dos atentados, das violências cometidas contra os trabalhadores da Reforma Agrária merece, de facto, a nossa solidariedade. Todos sabem que não é pela força das armas que as terras poderão ser aradas. É muito menos produzindo o pão de que o povo, todo o povo português, carece, e merece. Os trabalhadores camponeses precisam trabalhar, no duro, sim, mas em paz, para ganhar a sua vida na labuta constante pelo pão de cada dia.

Quando do II Governo Constitucional, a equipa do MAP fez inúmeras devoluções e concessões aos agrários, agravando o viver dos trabalhadores do campo, amputando cooperativas de suas herdades, gado e material agrícola, o que fez diminuir a produtividade e punha em risco a rentabilidade dessas explorações camponesas. Mas fez-lo com muita inteligência, com diplomacia, mesmo. Reentregu aos antigos senhores das terras, e outros por eles fabricados à última hora, reservas que a esceranda Lei Barreto abusivamente tinha determinado. Mas, pelo diálogo, e a bem, os trabalhadores cederam, esperando, naturalmente, que essa lei não continuasse operas com uma face limpa e outra gangrenada, isto é, que, a par das entregas das reservas, se processassem as expropriações dos grandes latifúndios ainda por expropriar. E isto na esperança de que os ars, ministros respeitarem suas compromissos, como os simples trabalhadores respeitam os que tomam. Assim, verificou-se, com efeito, que os ocupantes do MAP desse 2.º Governo Constitucional preferiram o diálogo à violência e nunca tiveram necessidade de se servir de soldados, de cavalos, de cães e de carros de combate do G.N.R. para a materialização das devoluções de terras de cooperativas aos «ars. agrários» (na maior parte dos casos, nunca sentiram nas suas mãos a terra reclamada, nunca saíram as suas mãos nas terras que lhes foram devolvidas de mão beijada. (E talvez que muitas delas, de pelo diário, estejam votadas ao abandono, servindo de berço a mato e tojo...)

Como afirma, e muito bem, nada justifica que o MAP do actual (des) governo do sr. Nobre da Costa — ao qual a Assembleia da República recusou formalmente a sua confiança — tenha vindo a utilizar as mesmas condenáveis processos de violência e tirania contra os trabalhadores camponeses, que tanto «celebrizaram» os ars. Barreto e Portas...

Ao fim e ao cabo, aconteceu o que está a acontecer com a violência da G.N.R. na zona da Reforma Agrária, os camponeses dessas UCP's são, de facto, os mais directamente atingidos com tais injustiças de violência física e moral. Mas a maior vítima, é a Nação, são os portugueses que, desse modo, assistem, impressionados e revoltados, contra todo esse aparato bélico, de homens e máquinas guerreas, de cavalos e cães polícias, para obrigarem os camponeses a não semear a tempo e horas, dificultando, dessa forma, a colheita do fruto desses trabalhos, «enterrados» com seu esforço e sacrifício nessas terras agora devolvidas/otrecidas aos senhores agrários e agrárias que nunca periram o menor esforço para as tornarem úteis, para as trabalharem com o denodo, o carinho, o espírito de sacrifício que tem animado, e continua a animar, todos os trabalhadores da Reforma Agrária, todos os pequenos e médios agricultores, todos os pequenos e médios rendeiros de Portugal!

Tem razão. Também estamos certos que já chega de violência. Basta de tanta violência e tanta injustiça em Portugal, contra os que trabalham e produzem, e querem continuar a produzir, a riqueza e o pão, de que o nosso País tão urgentemente necessita.

António Dias
Orléans (França)

É uma realidade, o que nos diz acerca das informações que temos das afirmações feitas pelo presidente da República Francesa, aquando do regresso da visita que fez a Portugal. Tais afirmações em nada nos asseguram que os trabalhadores emigrados portugueses nesse país estejam salvaguardados das medidas drásticas de expulsão de estrangeiros, que o governo do sr. Barr tem vindo a ameaçar, nestes últimos tempos. Mas compete aos nossos governantes agir em tempo e horas no que os asseguramos, para que os emigrados portugueses em França possam ter a garantia de emprego, e estabilidade necessária para que a sua vida prosiga sem sobresaltos nesse país para onde emigramos, confiantes em melhorarmos a sua vida no que o aspecto económico/social diz respeito, ao mesmo tempo que, em troca, deixem a sua força-trabalho, as suas capacidades de inteligência e de iniciativa, para riqueza e engrandecimento do país que os recebeu.

LIVROS RECEBIDOS

Chegaram à nossa Redacção, nestas últimas semanas, os seguintes livros, cuja remessa agradecemos:

EDITORIAL CAMINHO

«O Julgamento da rede bombista» de José da Silva; «Astrónomos Portugueses», de Pedro Alvim; «Vietnam, Pátria Reconstruída», de Nguem Chac Vien, tradução de Daniel Gonçalves; «Capitão de Médio Curso», de Baptista Bastos; «Os homens da cord e silêncio», de Alberto Molina, tradução de Daniel Augusto Gonçalves; e «Missão Secreta», de Alexandre Lukine e Dmitri Pollanovski, tradução da edição francesa, de Franco de Sousa.

EDIÇÕES SEARA NOVA

«Reforma Agrária-Contributo para a sua História», de Blasco Hugo Fernandes; «Os pobres de Raul Brandão»; «Textos Literários — Poesias de Bocage»; e «Textos Literários — Húmus», de Raul Brandão.

EDIÇÕES DO AUTOR

«Canto Amargo», poemas de Fernando Fitas, ilustrados com cerca de duas dezenas de excelentes fotografias; «Constituição da República Portuguesa e Declaração Universal dos Direitos do Homem», edição especial com índices elaborados por Carlos Candal; «A Voz Reconstruída», poemas por Arsénio de Bustos.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

«Boletim Bibliográfico» nº 26; «Os Sindicatos de Comunicação Social (1974-1977)»; «Aspectos da Evolução Económica», de Eduardo Dias; «II Período de Sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular», de Fidel Castro; «Instrumentos para el análisis Económico-Financiero de la Empresa Capitalista», de Norberto Sanfrutos; «Mujeres y Jovenes Trabajadores en la Agricultura — Las terras de los Sindicatos y de las Organizaciones Campesinas»; e «II Período de Sessões da Assembleia Nacional do Poder Popular», de Humberto Perez.

Contas da CGTP Intersindical Nacional

Em cumprimento da deliberação tomada no Plenário da Intersindical Nacional de 30 de Dezembro de 1975, vimos apresentar as contas relativas ao 2.º trimestre de 1976.

RECEITAS

Quotizações em atraso	4 459 068,00
Quotizações em 1975	9 659 049,40
Solidariedade	128 919,90
Actividades Normais	2 359 952,40

Saldo	1 219 310,90
	<u>18 005 300,80</u>

DESPESAS

Secretariado	625 384,20
Despesas Administrativas	1 941 869,80
Pessoal	4 767 847,80
Uníões Distritais	6 133 222,10
Uníões Locais	620 072,00
Actividades Normais	3 635 512,60
Actividades Programadas	281 392,10

18 005 300,60

Editorial

SÓ COM OS TRABALHADORES ...

A actuação do Governo rejeitado e demitido de Nobre da Costa tem contribuído para o agravamento da situação política e para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores, acentuando tensões e conflitos sociais onde já existiam e incentivando outros em zonas que disfrutavam de relativa tranquilidade e que estavam apostadas no desenvolvimento da produção nacional.

Dessa actuação não resultou qualquer efeito benéfico que atenuasse a crise económico-financeira, não se resolveu nenhum dos inúmeros problemas correntes. Pelo contrário, enveredando pelo desenvolvimento de uma política que ultrapassa claramente o âmbito e os poderes constitucionais que lhe competiam como Governo demitido, encetou uma campanha destinada a destruir a Reforma Agrária e prosseguiu a entrega de empresas ao patronato sabotador, numa atitude que é frontalmente contrária aos interesses e direitos dos trabalhadores e ao interesse nacional e desrespeita o estipulado na Constituição.

Os trabalhadores portugueses e o seu Movimento Sindical souberam, porém, na sequência das decisões do Plenário Nacional de 23 de Setembro último, opor uma tenaz resistência à aplicação de tais medidas, esfriando o ímpeto das forças reacçãoárias nestes campos, através de grandes movimentações de massas, quer por parte dos trabalhadores agrícolas da zona de intervenção, quer da solidariedade que os trabalhadores de outras zonas e de outros sectores lhe têm vindo a manifestar.

Paralelamente as acções da direita reacçãoária, apoiada e estimulada pelo Governo Nobre da Costa, também os divisionistas enfileiraram nessa ofensiva contra a unidade dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical, numa atitude que define com clareza as suas verdadeiras intenções. Com efeito, basta atentarmos na paternidade da última acção cisionista, exactamente dos responsáveis pela política antioperária do Ministério do Trabalho que se distinguiram pela protecção à repressão patronal, pelo congelamento da contratação colectiva, pelos decretos dos despedimentos, dos contratos a prazo, dos 15%, etc., para ficarmos esclarecidos quanto à

verdadeira intenção com que são fabricados sindicatos amarelos e centrais sindicais fantoches. Por outro lado, não é menos significativo que outras forças, utilizando uma linguagem de esquerda, mas repetindo os argumentos da direita, engrossem o coro dos inimigos da unidade sindical.

As acções que os trabalhadores têm vindo a desenvolver para desbloquearem a contratação colectiva, combaterem os despedimentos e o desemprego, defenderem a Reforma Agrária e prosseguirem a campanha patriótica das sementeiras, impediram a degradante entrega das empresas intervencionadas aos antigos sabotadores, demonstram claramente que temos forças para combater e inviabilizar a política de direita que os nossos inimigos pretendem executar contra os interesses e direitos dos trabalhadores. Essa é, de resto, a razão fundamental que leva os capitalistas, latifundiários e o imperialismo a fomentarem as acções divisionistas, certos como estão que é a unidade dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical uma das principais e decisivas barreiras que impede a concretização dos seus intentos.

A próxima Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras e os Congressos dos sectores de actividade, o Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho e, em especial, a Conferência Nacional de Organização Sindical, a exemplo de anteriores e dentro do espírito do Congresso de Todos os Sindicatos, serão realizações cuja preparação democrática e aberta, e cujas conclusões constituirão um contributo positivo para reforçar o grande e poderoso Movimento Sindical Português.

Qualquer Governo que honestamente se proponha resolver a grave crise que o nosso país atravessa, tem que assentar, tanto a filosofia política como fundamentalmente a sua acção, na resolução dos problemas económicos e sociais. Se, porém, continuar a pretender pôr em prática uma política que não tenha em conta as necessidades e anseios dos trabalhadores, que seja contrária aos seus direitos e interesses, contará com a sua firme e decidida oposição e estará, como os anteriores, condenada ao fracasso e à sua própria autodestruição.

O Plenário Nacional de 23 de Setembro último — que contou com a presença de 159 Sindicatos, 9 Secções e Delegações, 12 Federações e 25 Uniãoes Distritais e Locais analisou a situação político-sindical, afirmando que os trabalhadores combaterão todas as tentativas que, eventualmente, possam partir do Governo no sentido de tirar partido de leis em vigor, claramente contrárias aos seus interesses, que sempre foram contestadas e combatidas pelo Movimento Sindical e que estiveram na base da falta de apoio popular aos governos anteriores e, por isso mesmo, foram factores determinantes da sua queda.

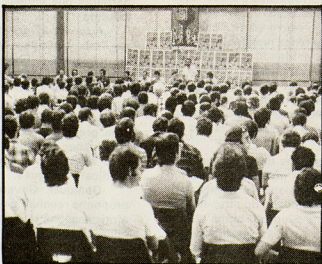
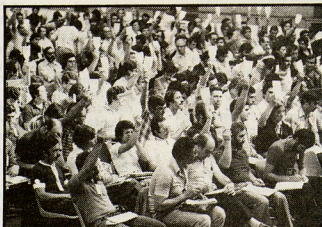
Os trabalhadores que têm sido sacrificados no seu nível de vida, que vêem aumentar dia a dia o desemprego, que apesar desses sacrifícios constatarem o agravamento da situação económica e financeira do País, têm o direito e o dever de exigir uma política diferente que, baseada no empenhamento dos trabalhadores e no aproveitamento das riquezas nacionais defende o poder de compra das massas populares, combata os despedimentos e o desemprego, promova o desenvolvimento económico, reduza o défice externo, consolide a democracia, a independência nacional e defenda a constituição.

O Plenário Nacional reafirmou a disponibilidade do Movimento Sindical, dentro da sua esfera de acção, para que sejam encontradas condições que viabilizem tal alternativa. Ao mesmo tempo manifesta mais uma vez a sua posição de que, independentemente da fórmula e composição governativa se oporá a soluções que persistam em manter a política de direita que tem vindo a ser seguida, contrária aos interesses e desejos dos trabalhadores e das outras camadas populares. O Movimento Sindical age somente de acordo com os interesses de classe dos trabalhadores e não será escadote a possibilitar ascensão ao poder reaccionário e oportunista, nem reboque de aventureiristas que lhe fazem o jogo.

Defender a unidade na acção divisionista

O Plenário, em plena consciência da importância

Conclusões do Plenário Nacional reunido em 28 de Setembro



da unidade dos trabalhadores na evolução política social e económica do País, analisou as últimas tentativas levadas a cabo no sentido de dividir o Movimento Sindical e fabricar uma central sindical paralela.

As ilações para o campo político que se podem legitimamente tirar da actuação da direcção do PS no campo sindical, são no sentido de levantar as mais graves preocupações e desconfianças aos trabalhadores

acerca da sua determinação no combate às forças da direita reaccionária o que, dado a sua inegável importância no conjunto das forças democráticas, constitui um perigo para todos os que defendem o regime democrático consagrado na Constituição.

O Plenário manifestou a sua condenação às forças aventureiristas que, dizimo-se defensores da unidade do Movimento Sindical, conduzem uma campanha de calúnia sobre o Secretariado Nacional da CGTP-IN, inventam fracções e divisões no seu seio, põem em dúvida a sua dedicação à causa dos trabalhadores procurando lançar assim os gérmenes da desconfiança entre os trabalhadores, tentando desmobilizá-los na luta contra o inimigo comum. O Plenário afirmou que hoje, como na altura da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, a tarefa prioritária do Movimento Sindical Unitário é a defesa da sua unidade e o reforço da sua organização.

O Plenário considerou que, para atingir esses objectivos prioritários, a realização da Conferência de organização, anunciada pelo Secretariado Nacional da CGTP-IN, constitui uma iniciativa de importância fundamental, e porque inscritos nos objectivos dessa conferência, devem merecer o apoio de todas as organizações sindicais, a Conferência das Mulheres, o Congresso dos Sindicatos dos Metalúrgicos, o Congresso dos Sindicatos da Indústria Hoteleira, o Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, e outras iniciativas já previstas.

O Plenário aprovou a iniciativa do Secretariado Nacional da promoção de uma Companhia de Recolha de Fundos, com vista à abertura de uma escola de formação sindical apta a formar os trabalhadores nos ideais da unidade, no respeito pela democracia, no amor da liberdade, na dedicação à causa dos explorados de todo o mundo.

Ao definir tais tarefas, o Plenário conta com a combatividade e a mobilização dos trabalhadores para as levar à prática. O Plenário considera que é necessário que os trabalhadores lutem com toda a firmeza e sem desfalecimentos, em todos os momentos e face a todas as situações, onde os seus direitos e liberdades estejam a ser ameaçados ou atacados.

O aniversário da Intersindical: uma derrota pesada para o divisionismo

PELO SEU 8.º ANIVERSÁRIO NA UNIDADE A CGTP-IN FELICITA OS TRABALHADORES DE TODO O PAÍS

Todos temos consciência de que as Comemorações do 8º Aniversário da CGTP-IN decorrem num período particularmente difícil e complexo da vida política, económica e social do nosso País, em consequência do prosseguimento de uma política global desajustada das novas realidades, que é contrária aos interesses dos trabalhadores e do País. Tal política, para além de não resolver os problemas com que Portugal se defronta, origina que o nosso povo seja forçado, sem perspectivas de ver a sua situação melhorada, a uma austeridade sem limite temporal e cuja única consequência visível é o nosso crescente endividamento, que põe seriamente em causa a independência nacional.

Importa, por isso, que os trabalhadores, conscientes da situação em que se encontra o País, saibam actuar de acordo com as circunstâncias que daí resultam - da intervenção do Secretário Nacional da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva.

OS oito anos de vida e de luta da Central Sindical Portuguesa, antes de mais nada, motivo para que tenhamos de render, desta tribuna, uma sentida homenagem a todos os trabalhadores, a todos os democratas e a todos os antifascistas que, através da sua acção, contribuíram, directa ou indirectamente, para a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

Com estas palavras, Armando Teixeira da Silva, intervindo no comício, em Lisboa, do 8º aniversário da CGTP-IN, transferiu para a

imensa massa de trabalhadores que enchem o Campo Pequeno, as homenagens de que iria ser alvo a gloriosa Central Única dos Trabalhadores Portugueses. E essa imensa multidão de homens e mulheres, oriundos de todos os quadrantes da produção nacional, assumiram briosamente, numa explêndida salva de palmas, a certeza e a responsabilidade dessa contribuição criadora. E aos gritos de «CGTP-UNIDADE SINDICAL» trouxeram ao limitado recinto dum comício a presença de todos os que, nas cidades, vilas e aldeias deste País, muito antes ou depois do 25 de Abril, foram construindo, com as vitórias possíveis, esta magnífica realidade presente,

que é a Unidade dos trabalhadores portugueses na sua Central Sindical Única. Força que é esta unidade e esta certeza na vitória, que vão, à revelia do calendário, mantendo erguida a bandeira de Abril, até ao inevitável «25» sem Barretos, nem Portas, nem Gonalvas. O «25 de Abril» da Constituição, enfim respeitada e vivida com a lei reguladora de todas as leis, como nome da vida colectiva dos portugueses.

Sobrepondo-se aos últimos gritos vitoreando a unidade e vaiando os sindicatos amarelos e as caricaturas de confederações, Armando Teixeira da Silva evocou «os heróicos Capitães de Abril que, interpretando os anseios mais pro-

fundos do Povo Português e o sentido da luta dos trabalhadores, souberam restituir-lhes a dignidade, a liberdade e a democracia».

E-nos difícil fugir à adjectivação para não deixar de registar toda a força da emoção com que estas palavras foram acolhidas. E o significado dessa emoção! Uma tempestade de som e cor - aliás muitas vezes repetida ao longo do comício - unia num só frémito o grito de milhares de vozes panos e bandeiras. Punhos erguidos, bocas rasgadas em gritos, a mancha de todas as cores possíveis nas roupas dos trabalhadores que somos

«-como são desprazivelmente ridículos os que pensam que é possível vencer-nos com as macaqueações de manobras divisionistas que tiveram êxito em outros momentos históricos de outros países, cuja lição já aprendemos!

A Impotência do divisionismo face à unidade

O Comício do Campo Pequeno, em Lisboa, começara com a entoação em coro do hino da CGTP-IN, por sugestão da actriz Maria Dulce, que animou o comício e apresentou os oradores.

Foi primeiro interveniente, Florival Lança, membro do Executivo da União dos Sindicatos de Lisboa, que localizou «a passagem desta data gloriosa» num dos momentos mais difíceis da vida nacional depois do 25 de Abril, lembrando que «a repressão nas empresas, o boicote à contratação colectiva, os despedimentos, o cercamento das liberdades sindicais, são armas que o patronato reacçãoário utiliza, visando desencorajar e desmobilizar os trabalhadores para, assim, melhor os poder explorar e oprimir!».

Mas a luta constante e sem desfalecimentos, nos locais de trabalho, nos sindicatos, «em todo o lugar onde for necessário travá-la em defesa dos nossos direitos, das liberdades e da democracia», demonstra, sem equívocos, que os objectivos dos inimigos dos trabalhadores e da democracia não são atingidos.

Bem se esforçaram as forças divisionistas, afirmou o orador, «subsidiárias pelas centrais da divisão à soldo do Imperialismo», por estabelecer a confusão e por tentar «quebrar a unidade do Movimento Sindical, fabricando sindicatos paralelos e centrais sindicais fantoches que nunca ninguém viu, lançando calúnias e intrigas sobre os trabalhadores e as suas organizações representativas, para o que vêm contando com o apoio de órgãos de comunicação social estatizadas e dos Governos que leilham em ingéni-se nas organizações dos trabalhadores».



Comício no Palácio de Cristal, no Porto

«E neste contexto -concluiu- que este grandioso comício representa uma resposta firme dos trabalhadores às manobras desestabilizadoras da reacção, aos ataques do patronato reacçãoário e aos divisionistas.» É uma demonstração plena da força, da vitalidade e do dinamismo da Central Única dos Trabalhadores Portugueses, central unitária, democrática, independente, de massas e de classe.»

Pela União dos Sindicatos de Setúbal falou o dirigente sindical Sertório Herrera que, salientando os oito anos de luta da CGTP-IN, comentou:

«Vemos com espanto alguns senhores bem instalados na vida falarem em nome dos trabalhadores, usando as mais torpes calúnias contra a CGTP-IN e o Movimento Sindical Unitário, em geral.

«Que provas deram, até hoje, esses senhores «democráticos» que, no segredo dos deuses, se encontram em amena cavacaqueira para criarem centrais fantoches? E depois de perguntar onde estavam «esses senhores» no momento das lutas decisivas, nas grandes acções de massas, na contestação aos mais graves atropelos aos direitos dos trabalhadores, o orador

concluiu: «O seu silêncio cúmplice sempre constituiu um apoio ao desenvolvimento da política antipopular e antinacional levada a cabo fundamentalmente pelos Governos PS e PS/CDS.»

«Talvez em momento nenhum do comício as vaías e os assobios tivessem sido tão estridentes e prolongados como quando Sertório Herrera afirmou: «Os trabalhadores não esquecem que um dos principais obreiros dessas manobras (de dividir o Movimento Sindical) é o dirigente do P. S. e ex-ministro do trabalho, Maldonado Góes, que conduziu uma política que deixou marcas profundas na situação dos trabalhadores.»

Triunfal manifestação de unidade e força no Porto

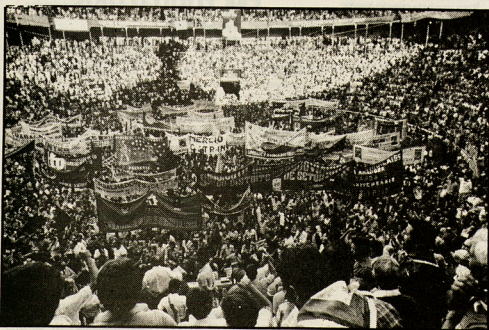
Uma impressionante multidão de trabalhadores do Norte tornou exiguo o vasto palácio de Cristal do Porto, onde decorreu o comício comemorativo do 8º aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

Na mesa que presidia ao comício, 51 representantes dos Sindicatos promotores da cerimónia, de outras organi-

zações sindicais e do Secretariado Nacional da CGTP-IN, tinham diante de seus olhos o espectáculo férico dum multidão de dezenas de milhares de homens e mulheres agitando bandeiras, discursos e saudações num desses inesquecíveis e já várias vezes repetidos momentos em que o passado e o presente da longa luta dos trabalhadores portugueses, nos aparecem já como páginas gloriosas de história dum futuro. Testemunho de que as duras dificuldades que agora enfrentamos são, na nossa indomável certeza da vitória, farrapos dum passado que Abril adiou. Os trabalhadores saberão acertar o relógio de Abril!

O primeiro orador foi Pacheco Gonçalves, dirigente da União dos Sindicatos do

Porto, que começou por denunciar o inqualificável boicote feito às acções de divulgação das comemorações deste aniversário, tanto pela Rádio e Televisão Portuguesas como, também, pela Câmara Municipal do Porto. E interrogava-se: «Quando se convencerão os responsáveis políticos que os Sindicatos e os trabalhadores não abandonam, nem abdicarão, numa luta pela liberdade de expressão e de divulgação das suas iniciativas?» E advertiu: «O



Comício no Campo Pequeno, em Lisboa

boicote à publicidade, a deflexão de dirigentes e activistas sindicais que fazem propaganda sindical, continuarão a ser repudiados muito firmemente, não impedirão que a nossa voz, a voz dos trabalhadores, se faça ouvir.»

Considerando que as realidades do distrito do Porto «ilustram bem os métodos e objectivos do grande patronato sabotador e as consequências de uma política económica e social contrária ao espírito do 25 de Abril e às transformações revolucionárias», o orador referiu a desintervenção da Real Vinícola «Companhia Velha, pelo Governo demissionário de Nogueira Costa, oboicote da banca e dos ministérios a empresas sob controle dos trabalhadores, com intervenção do Estado ou Nacionalizadas, conduzindo-as à falência e provocando o desemprego de centenas de trabalhadores». E concluiu: «A todos estes ataques, respondem os trabalhadores com uma acção cada vez mais firme e unida! São inúmeras as empresas, são muitos os sectores, em que os trabalhadores, apoiados pelas suas organizações de classe, obrigam os patrões a recuar e o Governo a tomar medidas mais de acordo com os legítimos interesses das classes

trabalhadoras.» Porque «o respeito pelos interesses e direitos dos trabalhadores e o cumprimento integral do projecto constitucional, são condições prévias de que os trabalhadores e o Movimento Sindical não abdicam de exigir aos governantes, sejam eles quais forem, a satisfação dos seus direitos».

Também o dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, Celestino Neves, enalteceu a unidade dos trabalhadores em torno da sua Confederação, «porta-voz das aspirações de todos os trabalhadores portugueses», «que se encontra na primeira linha de combate», denunciando a exploração, reivindicando as liberdades sindicais, protestando contra a legislação fascista do trabalho».

As intenções dos divisionistas são cada vez mais claras, disse. Neste momento, em que «um milhão e quinhentos mil trabalhadores estão envolvidos na luta por contratos colectivos de trabalho que permitam melhorar as suas condições de vida», é que se tornam mais ferozes e mais abertos «os ataques dos divisionistas, fazendo o jogo do patronato que procura boicotar as negociações dos contratos e dos acordos colectivos de trabalho».

Mas os divisionistas estão já conscientes da sua impotência. Celestino Neves citou numerosos casos, como o da Empresa J.R. da Costa, em que os «marelos», convidados a defender os seus argumentos em plenário de trabalhadores, saíram da empresa antes do início do plenário, «pela porta usada pelos patrões». Utilizando a tática da mentira, lembrou Celestino Neves, os divisionistas do sector metalúrgico «afirmam ter feito uma assembleia constituinte com 2.100 trabalhadores, numa sala onde só cabem 120 pessoas! «E elevando a voz sobre as vaías e os assobios, que não faltaram durante todo o comício, em cada vez que o divisionismo e o aventuraremismo eram referidos, o dirigente metalúrgico concluiu: «Hoje e sempre, a tarefa essencial para todos os trabalhadores e para o Movimento Sindical é a defesa da nossa unidade e da nossa organização de classe e de massas.»

Finalmente, falando em representação do Secretariado Nacional da CGTP-IL, Kallidas Barreto, lastimando que este aniversário não tivesse podido ser comemorado com mais tranquilidade, quase cinco anos decorridos sobre o 25 de Abril, afirmou: «Enquanto

durar a actividade do 2.º Governo, demitido, os trabalhadores deverão exigir a solução dos problemas urgentes que os afectam, agindo com redobrada firmeza e determinação, nomeadamente na luta em torno dos contratos colectivos de trabalho e contra o boicote patronal.» Mas, tendo sobre o mesmo problema mais algumas considerações, advertiu: «No entanto, as nossas reivindicações e lutas não podem servir de pretexto para que o Governo directo ou indirectamente exorbeite os poderes de gestão dos assuntos correntes do Estado ou para que se proleie a substituição do Executivo que, não tendo os apoios constitucionais necessários, está impossibilitado de resolver os graves problemas sociais, económicos e financeiros do País o que, além do mais, se traduz num atraso na procura das respectivas soluções, facto que é contrário aos interesses dos trabalhadores.»

«Cabe aqui referir», prosseguiu Kallidas Barreto, escutado com mais profunda atenção pelas dezenas de milhares de pessoas que enchem até mais não esse recinto - as desintervenções da ECRIL, ECA, Real Vinícola e Companhia Velha, e a nova ofensiva contra a Reforma Agrária resultante da marcação de reservas em UCPs e Cooperativas, decretadas no último Conselho de Ministros (actos que merecem o vivo repúdio do Movimento Sindical) exorbitam em muito os seus poderes constitucionais.»

Fazendo uma larga análise da actual crise política, fundamentada, afirmou, «pela persistência em pretender aplicar-se uma política económica, financeira e social que a experiência tem demonstrado ser contrária à dinâmica do 25 de Abril, às aspirações dos trabalhadores e, consequentemente, aos interesses nacionais», Kallidas Barreto concluiu que «a política que não esteja desajustada da realidade social-tem de ser «baseada no empenhamento dos trabalhadores, no aproveitamento das riquezas nacionais, no respeito pela Constituição»; «defenderá os interesses das classes

ses trabalhadoras, promoverá o desenvolvimento económico, a redução do défice externo, consolidando a democracia e a Independência Nacional.

Lembrando que o Movimento Sindical, reafirmou no Plenário de 23 de Setembro último, a sua disponibilidade para, dentro da sua esfera de acção, ajudar a encontrar essa alternativa, sublinhou com grande firmeza que o mesmo Plenário «não deixou de afirmar, uma vez mais, que independentemente de fórmulas e composições governativas, se oporá firmemente a soluções que persistam em manter a política de direita que tem vindo a ser seguida, porque é contrária aos interesses e desejos dos trabalhadores».

O comício foi encerrado com a aprovação dum Moção onde se resumiam as aspirações e as reclamações dos trabalhadores e do Movimento Sindical em geral, dando-se depois início à parte do «Canto Livre».

Defender a unidade reforçar a organização

«Com a madrugada libertadora do 25 de Abril, a Inter-sindical à luz do dia, forte, coesa, apoiada pela grande massa do povo trabalhador que, organizadamente, desalojaram das direcções sindicais os laços do patronato e do regime, e colocaram à frente dos Sindicatos dirigentes da sua confiança, a Inter-sindical mereceu em seguida toda a confiança dos trabalhadores» - relembra-se numa saudação enviada pelo Secretariado Nacional a todas as Unions Distritais.

«Assumindo as suas responsabilidades - prossegue o documento - na defesa dos interesses do Povo Português, a Inter-sindical Nacional deu uma contribuição determinante, pela realização das grandes transformações operadas no nosso País, na luta contra a sabotagem económica, na defesa dos postos de trabalho e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

«A CGTP-IN afirma-se profundamente empenhada na transformação de Portugal numa sociedade sem classes, a sociedade dos trabalhadores, a sociedade socialista -

meta inequívoca que o Povo Português escolheu e que os seus legítimos representantes consagraram na Constituição da República».

Para que esta missão histórica seja cumprida, nenhuma tarefa é mais importante que os trabalhadores do que a defesa intransigente da Unidade do Movimento Sindical e o reforço da sua organização.

O último Plenário Nacional da CGTP-IN, apontando os objectivos em que nos devemos empenhar, indicou essa tarefa - a de defender a Unidade e reforçar a Organização - e indicou formas de acção para atingir esse tão importante marco: a realização da Conferência Nacional de Organização, a Campanha de Recolha de Fundos para a Escola de Formação Sindical, a Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora, o Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho.

A este Plano de Acção - que, por necessidade de espaço, resumimos - se referiu o representante do Secretariado Nacional, Armando Teixeira da Silva, no comício do Campo Pequeno, em Lisboa, quando disse: «Daqui apelamos para todos os trabalhadores e para todas as organizações sindicais, especialmente aquelas que, manifestando agora reservas em relação à CGTP-IN, mantêm um sincero desejo de lutar pela Unidade do Movimento Sindical, para que participem em todos os trabalhos e iniciativas que se inserem na Conferência de Organização. Nenhum trabalhador, nenhuma dúvida, nenhuma sugestão ou proposta deixará de merecer atenção e debate por parte da Conferência.»

«E a terminar o seu discurso: «É este, camaradas, o caminho seguro para defender os nossos interesses, garantir os nossos direitos, contribuir para a resolução dos graves problemas que afligem o Povo Português, para impedirmos o regresso ao passado, para defendermos, com a nossa acção no dia-a-dia, o projecto socialista por que lutamos e que está consagrado na Constituição da República Portuguesa.»

**VIVA O 8.º ANIVERSÁRIO DA CGTP-IN!
VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!**

O ANIVERSÁRIO DA CGTP-IN EM TODO O PAÍS

Estendendo-se ao longo de quase duas semanas, as comemorações do 8.º Aniversário da Confederação movimentaram dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores.

Embora não dispôssemos ainda de uma informação exaustiva, podemos referir (por ordem alfabética) os seguintes comícios ou outras iniciativas: em Agueda, um comício-festa com 600 trabalhadores; em Beja, comício com 500 trabalhadores; o comício-festa de Braga teve a presença de 1500 a 2000 trabalhadores; em Coimbra, um colóquio contou com a presença de 200 pessoas; o comício de Évora teve 500 participantes; Montemor realium, num comício, 800 trabalhadores; no comício de Borba estiveram 350; 1200 trabalhadores participaram no comício da Marinha Grande; no comício-festa em Lisboa, esque noutra local nos referimos, calcula-se que tenham estado presentes 30 000 trabalhadores; e ascendem a cerca de 23 000 pessoas o número de participantes dos comícios do Porto, Santo Tirso, Penafiel e Felgueiras; em cinco comícios de Santarém, Couço, Benavente, Tramagal e Torres Novas, estiveram 1500 trabalhadores; em Setúbal, Santiago de Cacém e Sines, 900 pessoas participaram em comícios; 120 trabalhadores estiveram numa sessão de esclarecimento em Viana do Castelo; 200 num comício em Viseu; nos comícios de Portimão, Vila Real de Santo António e Faro, participaram 150 trabalhadores.

A passagem do 8.º aniversário da criação da CGTP-IN, tem sido assinalada pela recepção, na sede, de inúmeras mensagens de felicitações, saudações, e apoios.

Foram muitas as centenas de moções aprovadas em plenários de sindicatos, nos locais de trabalho, nas comissões de freguesia, nas organizações de juventude e nas Comissões Dis-

triais de Lisboa e Setúbal dos Reformados, Pensionistas e idosos.

Nas assembleias de delegados sindicais foram, igualmente, aprovadas centenas de moções. São inúmeras as cartas e telegramas recebidas de todo o País, de organizações das mais diversas naturezas, desde partidos políticos e organizações de âmbito nacional a associações locais de cultura e recreio.

Todas estas tomadas de posição afirmam confiança nos objectivos e processos de luta da Confederação Geral dos Trabalhadores portugueses, e o seu repúdio e veemente condenação pelas tentativas de divisão dos trabalhadores, dos que estão, mais ou menos declaradamente, ao serviço da restauração do poder nacional e dos latifúndios.

Igualmente os trabalhadores portugueses no estrangeiro, através de um elevado número das suas organizações em quase todos os países de emigração, enviaram as suas mensagens de saudação e apoio.

Das associações sindicais mundiais ou estrangeiras que nos manifestaram a sua solidariedade, podemos referir, até ao momento em que redigimos esta notícia: a Confederação Mundial do Trabalho; as Comissões Obreras de Espanha; a Union Générale des Syndicats Roumaines, a CPUSITAL do México; o Conseil Central des Syndicats jingrois; a Central Trabalhadores, de Cuba; o Conseil Central des Syndicats Tchecoslovaques; a Union Générale des Travailleurs Algériens.

A todas as entidades estrangeiras, nacionais e regionais, que se nos dirigiram manifestamos, igualmente, a nossa solidariedade de classe e garantimos que não pouparemos energias para que todos os seus votos sejam realizados, a bem das classes trabalhadoras de todo o mundo, da justiça social e da paz.

ALAVANCA - Como membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN e responsável pelo departamento de organização, podes resumidamente definir os objectivos desta conferência e a sua actualidade no momento politico-sindical?

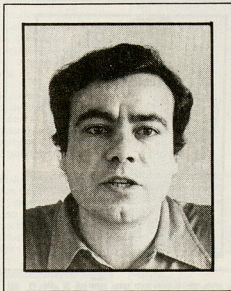
M.C.S. - A Conferência Nacional de Organização Sindical tem por objectivo o aprofundamento e o debate amplo dos problemas da organização sindical e das medidas tendentes à sua reestruturação com vista ao reforço da unidade e ao desenvolvimento da democracia interna e da participação efectiva dos trabalhadores no movimento sindical unitário.

A Conferência irá debater dois grandes temas: a situação actual da organização sindical e a sua reestruturação e a unidade, democracia interna, formação e participação dos trabalhadores no movimento sindical.

No primeiro grande tema caberá a discussão de todos os problemas relacionados com a organização sindical, desde a empresa à Confederação, tanto no plano vertical como no horizontal. Neste tema discutir-se-á ainda a articulação das estruturas, a organização interna e o funcionamento das associações sindicais e a organização de sectores específicos como mulheres, jovens e reformados. Quanto ao segundo grande tema, nele caberá aprofundar as questões da democracia interna e do funcionamento democrático das estruturas do movimento sindical, com vista a defender e desenvolver a sua prática, que é uma constante do movimento sindical unitário e um dos princípios que o definem, de modo a garantir e reforçar eficazmente a participação dos trabalhadores a todos os níveis, o que, a par com o esclarecimento e a formação permanentes, é condição determinante para defender a unidade e assegurar o cumprimento das tarefas que se nos colocam.

A Conferência surge no cumprimento e no desenvolvimento do Programa de Acção da CGTP-IN aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos. A importância dos temas em discussão e a grande mobilização que irá preceder a realização desta iniciativa serão, na actual situa-

3 perguntas a...



Manuel Carvalho da Silva

Membro da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN e responsável pelo Departamento de Organização Sindical.

ção politico-sindical, mais uma prova da vitalidade do movimento sindical unitário, um valioso contributo para o seu reforço e uma resposta de massas e de classe aos que o procuram calunar, dividir e enfraquecer.

ALAVANCA - Podes falar-nos um pouco das formas de organização da conferência e da fase em que se encontra?

M.C.S. - O Plenário da CGTP-IN de 23/9, aberto à participação de todos os Sindicatos, aprovou o Regulamento e elegeu a Comissão Nacional Organizadora da Conferência, que é constituída pelo Secretariado Nacional e por mais 30 associações sindicais, entre uniões, federações e sindicatos na sua maioria não filiados. Na sua primeira reunião, a CNO constituiu-se em 6 subcomissões com tarefas específicas. Em todos os distritos está em marcha a eleição de Comissões Dinamizadoras Distritais abertas à participação de todos os sindicatos,

prevendo-se que se encontrem todas elas constituídas entre 5 e 10 de Novembro. A CNO está a trabalhar já no levantamento dos problemas e na recolha de dados para a elaboração dos documentos que servirão de orientação para a discussão dos vários temas junto dos trabalhadores e estruturas e que deverão ser distribuídos até 20 de Novembro. A partir daquela data e até 20 de Janeiro, será dinamizada a discussão dos temas e serão enviadas à CNO todas as propostas de alteração, teses alternativas, etc. que as associações sindicais ou os trabalhadores entendam apresentar. Recibidos estes materiais, a CNO elaborará e distribuirá até 29 de Janeiro as propostas-síntese a discutir na Conferência.

Simultaneamente a este trabalho, estão em marcha outras importantes iniciativas cuja dinamização e cujos resultados se integram na Conferência, como é o caso da Confe-

rência Sindical Nacional Sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora e dos Congressos ou Encontros Sectoriais dos Metalúrgicos, Hotelaria, Função Pública, Ferroviários, etc.

ALAVANCA

- Dirigindo-te por intermédio de "Alavanca" aos teus camaradas militantes sindicais, queres indicar as tarefas mediadas e imediatas que a todos competem para que os objectivos da conferência sejam plenamente atingidos?

M.C.S. - É evidente que o êxito da Conferência dependerá, antes do mais, do empenhamento dos dirigentes e outros militantes sindicais na sua preparação. Pela resposta dada no Plenário de 23/9 e pela aceitação que a Conferência está a encontrar junto dos delegados sindicais, estamos certos de que ela corresponde a uma necessidade sentida por todos os trabalhadores, o que nos garante o empenhamento de toda a estrutura, de todos os militantes, de todos os trabalhadores na sua preparação e realização.

No entanto, nada se faz sem trabalho organizado e planificado. Assim, em nome do Departamento de Organização da CGTP-IN e da Comissão Nacional Organizadora da Conferência e aproveitando a oportunidade que nos é oferecida por "Alavanca", queremos apelar a todos os dirigentes sindicais para que participem nos plênários de sindicatos que irão eleger as CDDs (Comissões Dinamizadoras Distritais) e que participem activamente no trabalho destas comissões. Apelamos a que, alargando cada vez mais o trabalho de preparação e organização da Conferência, promovam nos seus sectores plênários de activistas sindicais e incentivem a participação destes nos plênários regionais a promover pelas CDDs. Numa segunda fase, competirá a todos os activistas assegurar e promover a discussão ampla, aberta e democrática dos problemas em debate junto de todos os trabalhadores, através de plênários de empresa, de zona, de assembleias gerais ou de outras formas, assegurando a sua participação efectiva na discussão e a recolha das suas sugestões e experiências.

Entrevista

Alavanca - Quais as principais razões que assistem à realização da Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora?

Clara Magro Jorge - As mulheres são já cerca de 1/3 da população activa. Em vários sectores são a maioria dos trabalhadores e, em muitos outros, não sendo a maioria, são uma parte importante. Esta, só por si, poderia ser uma razão para a realização da Conferência. Mas há outras razões.

As mulheres trabalhadoras têm dificuldade em participar na vida sindical, política e social, porque, além do seu trabalho, têm, ainda, a sobrecarga das tarefas domésticas, a pesada herança que é a falta de acesso às escolas (há cerca de 37% de mulheres analfabetas), o peso da tradição do seu papel só de mãe, só de esposa... Para discutir todos estes problemas estão a realizar-se inúmeros contactos com os trabalhadores para, através da discussão, tentar encontrar propostas de resolução destes mesmos problemas.

Por outro lado, apesar das dificuldades de participação da mulher, tem-se vindo a sentir crescer a sua participação no Movimento Sindical, nas suas iniciativas, o que levou, também, a CGTP-IN a realizar esta Conferência, para se poderem conjugar todos os esforços e, assim, se encontrarem formas de organização e resposta para os problemas concretos da mulher trabalhadora.

Há que realçar, ainda, um outro aspecto importante. Esta realização enquadra-se num dos objectivos da Conferência Sindical Nacional de Organização, a realizar nos dias 17 e 18 de Fevereiro de 1979: a luta contra o divisionismo.

A Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora, será a resposta, por parte das mulheres, às tentativas de dividir o Movimento Sindical, demonstrando com a sua capacidade de organização e tomada de consciência dos seus problemas, que lutam, igualmente, pela unidade e organi-



CONFERÊNCIA SOBRE OS PROBLEMAS DA MULHER TRABALHADORA

A Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da Mulher Trabalhadora, que se irá realizar nas instalações da Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário, nos dias 4 e 5 de Novembro, surge como desenvolvimento dos princípios enunciados no Programa de Acção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Clara Magro Jorge, dirigente do Sindicato das Indústrias Químicas e Moagens do Centro e Sul, elemento do Executivo da União dos Sindicatos de Lisboa (responsável pelo Departamento das Mulheres) e da Comissão Nacional Organizadora da Conferência, em entrevista para a «Alavanca», dá a conhecer ao leitor a importância desta realização do Movimento Sindical Unitário, tanto a nível interno, como no plano internacional.

zação dos trabalhadores em geral.

Alavanca - Tem-se vindo a verificar uma ampla participação das mulheres trabalhadoras nos trabalhos preparatórios da Conferência? Como se processa essa participação?

C.M.J. - A data da Conferência é de 4 e 5 de Novembro, mas, de facto, ela começou no dia em que se realizou a primeira reunião e só irá terminar quando as Conclusões forem postas em prática.

Isto quer dizer que os trabalhos preparatórios são muito importantes e que se tem feito um grande esforço para que a discussão dos temas seja o mais alargado possível.

Por todo o País se realizam reuniões, plenários e encontros; recolhem-se, diariamente, sugestões e propostas de alteração e existe, de facto, um grande entusiasmo, por parte dos trabalhadores, mas essencialmente por parte das mulheres, o que é compreensível, em discutir os temas e, deste modo, participar, activamente, na própria Conferência.

Exemplos disto são os contactos diários de inúmeras trabalhadoras de sindicatos, cujas direcções não se vincularam à participação na Conferência, mas que, apesar disso, se organizaram, formando comissões de apoio, elegendo os seus delegados, discutindo os temas, dividindo todo o trabalho e, vendendo os materiais para recolha de fundos.

Resta realçar que os delegados eleitos, nestes casos, estarão presentes na Conferência, embora com o estatuto de observadores.

Alavanca - O que acaba de dizer significa que a Conferência não se realiza por mero acaso. Antes, ela é uma afirmação bem clara da vontade das mulheres trabalhadoras em se integrarem cada vez mais no espírito unitário prosseguido pelo Movimento Sindical Português, pela CGTP-IN. Como integrarias, neste contexto, a realização da Conferência e qual o seu contributo para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa

e consolidação da democracia em Portugal?

C.M.J. - Apesar de todas as dificuldades que a mulher tem em participar na vida sindical, não haveria já possibilidade de numerar todas as lutas em que participou, directa ou indirectamente, nas ruas ou nas empresas, pela melhoria das condições de trabalho e de vida ou, ainda, por outras questões.

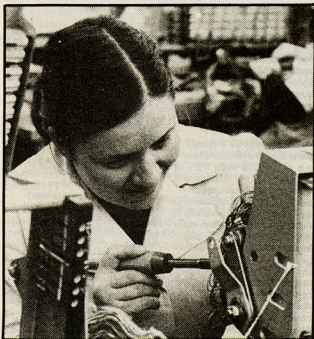
Há exemplos anteriores ao 25 de Abril - como as lutas pelas 8 horas diárias de trabalho nos campos do Alentejo, as paralisações nos sectores do material eléctrico e têxtil para a obtenção de reivindicações salariais - onde as mulheres tiveram uma acção preponderante devido à sua coragem e combatividade que as impelia, mesmo a dar força e ânimo aos seus companheiros de trabalho.

Depois do 25 de Abril, a

melhorar esta situação. Com a discussão dos seus problemas e o esclarecimento que proporciona todo este trabalho, vai reforçar-se a participação das mulheres no Movimento Sindical. Os departamentos de mulheres já formados em muitos sindicatos, vão fortalecer-se e crescer, as eleições de delegados sindicais para corpos gerentes vão, também, e necessariamente, aumentar.

Alavanca - Quais as consequências que, pensas, poderão advir, tanto a nível interno, como no plano internacional, da realização desta Conferência?

C.M.J. - As conclusões e resultados desta Conferência deverão converter-se num suporte ao Movimento Sindical, para a defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras, assim como contribuir



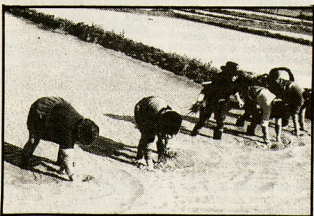
Nos dias 4 e 5 de Novembro vai-se realizar a Conferência Nacional Sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora.

Os temas em debate serão:

- Tarefas e Participação da Mulher no Portugal de Abril
- Tarefas e Situação da Mulher no Trabalho
- Tarefas e Participação da Mulher nos Sindicatos
- A Mulher na Luta pela Paz e Progresso Social

Os objectivos da Conferência são:

- debater e aprofundar as questões da mulher trabalhadora
- definir as suas reivindicações
- debater os seus problemas ao nível da organização
- contribuir para o reforço da participação da mulher no Movimento Sindical.



presença da mulher, em conjunto com os restantes trabalhadores, tem-se feito sentir em cada vez maior número, mas mais diversificadas lutas. Ora isto não acontece por acaso. As mulheres, cada dia que passa, tomam consciência de que só com o seu apoio é possível avançar nas lutas das empresas onde se reivindica a saída do contrato, ou melhores condições de trabalho ou, mesmo, a garantia do próprio emprego; elas estão conscientes de que a sua presença é indispensável nas manifestações de rua, pela defesa das Nacionalizações, da Reforma Agrária, do Controlo de Gestão, enfim, pela defesa da consolidação da nossa democracia.

No entanto pensamos que esta Conferência vai contribuir, decisivamente, para

para a sua organização, bem como para a resolução dos seus próprios problemas.

Por outro lado, deverão também constituir um importante contributo para a realização da IV Conferência Sindical Mundial das Mulheres Trabalhadoras, a realizar em 1979, com o objectivo de actualizar a Carta dos Direitos Económicos, Sociais, Culturais e Sindicais das Mulheres Trabalhadoras, adoptada na III Conferência Sindical Mundial - que se converteu num instrumento importante, na mão das mulheres trabalhadoras - e na plataforma para a Acção das Organizações Sindicais a nível nacional e, também, para o plano mundial das acções, por ocasião do decénio das Nações Unidas para a Mulher, sob o lema - Igualdade, Progresso e Paz.



O que é um militante sindical? O que deveria ser? Como resolver as dificuldades que encontra? Perguntas que se colocam a cada um de nós, em cada dia de luta que passa.

Os objectivos a atingir pelo Movimento Sindical e a prática de cada MILITANTE, poderão ajudar-nos a compreender ou a corrigir algumas deficiências ou insuficiências que cada um de nós, trabalhadores, delegados sindicais, dirigentes sindicais, activistas ou membros de comissões de trabalhadores, val sentindo no dia-a-dia ou ainda, a compreender as causas que estão na origem dos êxitos ou dos inêxitos da nossa luta.

Cada um de nós aspira, a ser um bom MILITANTE da causa justa que defende, e é indispensável que assim pensem!

Todavia há que caracterizar o que é um MILITANTE. Seria fácil dizer que um MILITANTE é um «militar», é aquele que luta. Mas um MILITANTE sindical é, ou deve ser, muito mais do que isso! Um MILITANTE sindical acima de tudo deve ser um homem trabalhador, com consciência de pertencer a uma classe de homens e mulheres que são explorados na actual sociedade e que tem uma missão importante a realizar.

Todos nós, uns mais, outros menos, vivemos animados por um ideal ou ideais! A sociedade em que nascemos e vivemos, obriga-nos pela dureza da vida a fazer algumas opções, a clarificarmos a nossa posição face a realidades individuais e colectivas que diariamente enfrentamos. Esta realidade obriga o trabalhador a fazer a sua opção em termos de classe; ou é pelos exploradores ou pelos explorados! Digamos que estas duas características, são os principais «pilares» da vida de MILITANTE sindical e que não admitem

UM MILITANTE SINDICAL

meios termos, nem ambiguidades. Exigem antes, clareza e determinação.

Mas na verdade nenhum homem nasce assim! Há portanto que ponderar alguns factores fundamentais que determinam as opções correctas e que caracterizam uma acção militante coerente e eficaz.

Não se trata de «aviar» uma «receita»... E pronto, está o problema resolvido. Não! Trata-se de confrontar pontos de vista baseados nas nossas experiências e colocá-las ao serviço de todos.

Por isso, do meu ponto de vista, tem sido e continua a ser, a ESCOLA DA VIDA — a prática social diariamente interpretada — o principal meio ao dispor da classe trabalhadora para se formarem os MILITANTES sindicais. Não se trata de um ponto controverso, trata-se de contactar uma realidade, podendo dizer-se que todos os trabalhadores têm acesso normal a este tipo de ESCOLA. Portanto não é necessário passar por uma escola para se ser MILITANTE, mas a passagem de um trabalhador por uma Escola, pode ser resultado de uma atitude MILITANTE.

O meio onde vive, trabalha, estuda ou se diverte, são os meios naturais propícios ao exercício de sua acção militante tendente a concretizar os seus grandes objectivos.

Para realizar estas preocupações há que pôr de parte o «improvisado». Não porque a capacidade de decidir rapidamente não seja necessária em situações muito concretas, mas essencialmente, porque não é método a seguir! O MILITANTE é um trabalhador ou trabalhadora que estuda p.manentemente e durante toda a vida. É um trabalhador metódico e ponderado, pronto a informar e a ser informado, a ouvir e a fazer-se ouvir

pelos companheiros que o rodeiam.

O MILITANTE é um trabalhador tolerante, mas firme; compreensivo mas também exigente. Começando por si e acabando nos outros. Dá, sem a pretensão de receber. Humanamente, actua de dentro para fora e não de fora para dentro. Em resumo dá o exemplo do espírito de classe.

Para se desenvolver estas qualidades e aspirações dos trabalhadores, tornam-se necessárias algumas exigências:

— Conhecer e informar-se rigorosamente das situações e fundamento da condição de trabalhador, dos pontos de apoio e meios de acção que forcem a promoção individual e colectiva dos trabalhadores;

— Demonstrar a sua capacidade de saber fazer, no seio da organização de trabalhadores a que pertence pela sua prática;

— Ter sempre uma atitude de saber SER aquilo que é, face a situações concretas que façam parte da vida quotidiana dos trabalhadores.

Torna-se evidente e claro que para se conseguir estes objectivos é necessário muito trabalho! Trabalho esse que, por vezes não se vê. Mas sente-se! VIVE-SE!

É necessário LER permanentemente. Mas, do meu ponto de vista, há muitas maneiras de LER! Ler um livro, um jornal, uma revista, etc. é uma forma. Mas há outras formas de leitura: ler o comportamento das pessoas; ler as suas reacções; ler o seu estado de espírito e material, social e económico, etc....

Atreva-me-lia a dizer que esta forma de leitura é a mais eficaz. Mas não dispensa a outra, a escrita e falada. Uma completa a outra.

Vem a talho de foice a questão da leitura. A

nossa revista, ALAVANCA, é o órgão informativo sindical de TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES, e, orienta-se por dois objectivos fundamentais: FORMAR e INFORMAR todos os trabalhadores!

Este pequeno texto enuncia questões de um tema aliança", que não se esgota: «O MILITANTE SINDICAL». A maneira de encarar este assunto depende do caminho que cada um de nós percorreu e da experiência que temos. Daí que, cada um dos que fomos colhidos pela leitura deste pequeno texto poderíamos passar ao papel um pouco da nossa experiência ou pontos de vista, e enviar para a redacção do «ALAVANCA».

Certamente seria uma das formas ao nosso alcance para ajudarmos muitos camaradas que como nós sentem algumas dificuldades, e tornamos a REVISTA mais nossa.

JOAQUIM CALHAU

Promovido pela CGTP-IN, por intermédio do seu Departamento de Assuntos Sociais, irá

1.º ENCONTRO NACIONAL

realizar-se em 24 de Março de 1979 o 1.º Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho.

Com efeito, desde a sua criação em meados de 1976 que o Grupo de Trabalho de Higiene e Segurança no Trabalho da CGTP-IN tem vindo a desenvolver, consequentemente, um intenso trabalho a vários níveis.

Partindo do zero, situação em que se encontra hoje, praticamente, a Higiene e Segurança no Trabalho em Portugal, pode considerar-se o balanço da actividade daquele

grupo CGTP-mente. Consi- stência- nação. Segura- que co- definir, timos dos o- volvidos. A se- vida d- encont- temen- activid- Bast- todos- trabalh- accident- apanha- profissi-

Tem a palavra...

Valdemar Rodrigues Henriques, membro da Comissão Promotora do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica; membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém; membro suplente do Secretariado da CGTP-IN.



Nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro do corrente ano, os Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica irão realizar, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, no Seixal, o seu Congresso.

A realização do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica, obedece à orientação definida pelo Congresso de Todos os Sindicatos, as tarefas que se colocam ao Movimento Sindical Unitário, ao seu constante prestígio e crescimento, à evolução das condições político-sociais, à diversificação das táticas dos divisionistas e à necessidade de se encontrarem as melhores soluções que, assentes na prática e colhendo os seus ensinamentos, melhor se adaptem ao sector de actividade em que estamos inseridos, conduzindo com êxito os trabalhadores às tarefas que defendam os seus direitos e interesses, definam uma prática político-sindical global para o sector e que garantam, através da discussão ampla e democrática, a mobilização dos trabalhadores e das suas estruturas representativas para a defesa intransigente da unidade.

Neste Congresso, os trabalhadores do sector irão reestruturar a sua Federação, nomeadamente, alterando o seu âmbito, instituindo o Congresso como órgão máximo da Federação e eleger um novo Secretariado.

Irá também aprovar um Programa de Acção que definirá as principais linhas orientadoras da Federação para os próximos anos, nomeadamente no campo da contratação colectiva, legislativa de trabalho, no combate aos despedimentos, na defesa da unidade, no reforço da

organização, na higiene e segurança no trabalho, na reestruturação administrativa, na defesa do projecto constitucional e conquistas de Abril, etc., etc..

A participação dos trabalhadores, nos trabalhos preparatórios do Congresso, está definida no Regulamento do Congresso aprovado no plenário da FNISM no passado dia 14 de Outubro, no qual centenas de delegados e dirigentes sindicais participaram, enviando à Comissão Promotora mais de meia centena de propostas de alteração.

Os trabalhadores do sector, independentemente da sua profissão, podem apresentar as propostas de alteração aos Estatutos e Programa de Acção que entenderem convenientes, nos inúmeros plenários de empresas ou zona que se irão realizar.

Têm também garantida a sua participação na designação dos representantes dos Sindicatos ao Congresso e os seus representantes a possibilidade de nos dias em que decorrem os trabalhos do Congresso apresentarem propostas aos documentos reformulados pela Comissão Promotora depois da discussão no seio dos trabalhadores.

Assim, de 20 de Outubro a 23 de Novembro o projecto de Estatutos e Programa de Acção estarão em discussão e dessa discussão sairão profundamente melhorados e enriquecidos, dado que a Comissão Promotora não teve a intenção de apresentar documentos acabados e muito bem compilados, mas que não tivesse em conta o contributo entusiástico e decisivo que resultará da discussão colectiva no seio da classe.

Importa referir ainda a enorme expectativa que rodeia a realização do Congresso dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica, numa altura em que as forças divisionistas jogam a fundo na divisão do movimento sindical e o papel e contributo que por certo irá ser dado pelos Sindicatos do sector na próxima Conferência Nacional de Organização, organizada pela CGTP-IN.

Com uma prática realmente democrática, com a participação activa dos trabalhadores na definição da orientação das suas organizações de classe, com o empenhamento profundo na defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, podemos estar confiantes e afirmar que os divisionistas não têm futuro, que a unidade será defendida e reforçada e que este Congresso será um marco importante na história do Movimento Sindical Português.

ela
edio
o de
irá

TITRO NACIONAL SOBRE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

de
En-
Hi-
no
de a
ados
o de
e e
alho
do
a use-
n-
rios

si-
en-
tica-
gu-
em
pode
nc
uele

grupo de trabalho da CGTP-IN como francamente positivo.

Consequência da inexistência de uma política nacional sobre Higiene e Segurança no Trabalho que competirá ao Estado definir, ouvindo os legítimos representantes dos directamente envolvidos.

A saúde e a própria vida dos trabalhadores encontram-se constantemente em risco na sua actividade profissional.

Bastará dizer que todos os anos 800 mil trabalhadores têm um acidente de trabalho ou apanham uma doença profissional, ficando

90 000 incapacitados para o resto da vida, perdendo-a mais de 800.

Factor de primordial e relevante importância para a existência dos números que acabamos de referir é sem dúvida a aprovação de projectos de novas unidades de produção fase do ciclo produtivo onde devia começar a Prevenção, mas que só é possível desde que a luta dos trabalhadores leve o Estado a conduzir uma política de Higiene e Segurança no Trabalho que tenham em conta os direitos inalienáveis e primários dos trabalhadores, o mesmo é dizer os interesses na-

cionais — o que até agora não tem sido feito.

O 1.º Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho surge no sentido de dar cumprimento ao Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, realização histórica na vida dos trabalhadores portugueses. Já em Janeiro de 1977 no Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos se afirmava claramente: «... que o Estado tome as responsabilidades que lhe cabem...» incumbindo aos Sindicatos «participar, organizar e desenvolver

a luta contra a situação em que se encontram os trabalhadores portugueses no campo da Higiene e Segurança no Trabalho». Tem sido, nesse sentido que a CGTP-IN, tem vindo a dar resposta às grandes necessidades dos trabalhadores portugueses, trabalho cuja primeira etapa culminará com este 1.º Encontro Nacional que contribuirá certamente para abrir novas e amplas perspectivas de trabalho para que sejam atingidos os objectivos por que lutam os trabalhadores portugueses no campo da Higiene e Segurança no Trabalho.

Conflitos laborais

O sr. Silva Reis demonstrou, sem equívocos, ao longo dos anos em quem foi o gestor destas empresas, ser absolutamente incapaz, mesmo em moldes capitalistas, de exercer uma gestão eficaz. No entanto, era um mestre, na desonesta arte de dividir os trabalhadores. Fazia uma profunda discriminação salarial. Dava chorrudas prendas natalícias aos mais chegados colaboradores. Promovia a pedinchice, a bajulação e a cega obediência aos seus caprichos. E perseguia todos aqueles que queriam manter intacta a sua dignidade de trabalhadores.

Vida faustosa do senhor...

As duas empresas só eram importantes para o sr. Silva Reis, na medida em que lhe asseguravam uma vida faustosa para si e para os seus familiares. Assim, comprou um palacete de 7000 contos. Vendia ações às empresas (cujo valor real era de 75\$00) por 900\$00. Comprou automóveis «Jaguar» e «Mercedes» com o dinheiro das firmas. Mandou construir pousadas para as suas férias e fins-de-semana com a família, etc.

Resultados de uma gestão ruínosa

Com um capital social de 14 000 contos, as duas empresas apresentavam, em fins de 1974, dívidas a curto prazo de mais de 800 000 contos, dos quais 500 000 à banca nacionalizada. Os encargos financeiros resultantes destas dívidas atingiam, à data da intervenção do Estado, cerca de 100 000 contos. O completo descalabro financeiro das empresas levaram a banca a pedir a intervenção do Estado, o mesmo fazendo os trabalhadores em fins de Maio de 1975. Estes, em plenário das empresas, decidiram, por esmagadora maioria (480 votos contra 17) proibir a entrada do «chefe-Reis nas instalações fabris.

Boicotagem no período de intervenção

A gestão destas empresas não foi convenientemente plani-

A LUTA NA REAL VINÍCOLA / COMP. VELHA

MAIS UMA ESCANDALOSA DESINTERVENÇÃO

A Real Vinícola e a Real Companhia Velha são duas empresas de vinhos do Porto de armazenagem e engarrafamento, situadas em Vila Nova de Gaia. Possuem quintas na região demarcada do Douro.

Antes do 25 de Abril e até à data da intervenção do Estado, a gestão das empresas estava a cargo do «todo poderoso» reaccionário Manuel da Silva Reis. A chamada «cantineira» dessas empresas era pior que algumas pocilgas. Não havia quaisquer condições de higiene nos locais de trabalho. Os salários pagos às engarrafadeiras, por exemplo, não passavam da «espantosa» quantia de 1800\$00 mensais.



ficada, sobretudo por não haver continuidade nas Comissões Administrativas designadas, que sofreram sucessivas mudanças. Apesar dessa e de outras dificuldades da parte do Governo, os postos de trabalho, à data da intervenção estatal, foram não só defendidos como, até, criados mais alguns novos postos. Mas a banca nacionalizada promoveu um autêntico boicote financeiro a estas empresas. E sem qualquer acordo prévio, o Banco Portu-

guês do Atlântico decidiu arbitrariamente arrecadar 65 por cento do produto das vendas das duas firmas, deixando-as, na prática, sem meios para pagar os materiais necessários ao seu normal funcionamento.

Regresso do senhor...

O «Governo» nado-morto de Nobre da Costa, defendendo interesses de classe, procedeu à desintervenção arbitrária do Estado nessas empresas e permitiu o regresso do já «célebre gestor» Silva Reis às mesmas. Estes actos escandalosos, a juntar a tantos outros praticados por este (des)Governo e pelos que o antecederam, estão inseridos na recuperação capitalista, de que a sociedade portuguesa do pós 25 de Novembro tem estado a ser vítima.

Logo que o indesejável sr. Silva Reis regressou, como gerente das duas empresas, lançou um panfleto provocatório contra os trabalhadores, reafirmando que os trabalhadores nada têm que protestar contra os seus gastos sumptuosos e escandalosos na compra de bons automóveis, pousadas, palacetes e outras «minharianas». E quiçá quem poderia dizer alguma coisa sobre isso seriam os accionistas, e não os trabalhadores. Quer dizer, o sr. Silva Reis continua 4 anos depois da Revolução de Abril, a olhar os trabalhadores

como meras peças de uma engrenagem que serve exclusivamente para satisfazer os seus caprichos de grande senhor. Em poucos dias, o sr. Reis subverteu o ambiente de trabalho nas empresas, mandando suspender a laboração das firmas; mudou trabalhadores dos locais habituais de laboração; retirou regalias; instalou de novo o clima policial na empresa, apadrinhando antigos bufos; ordenou a «extinção» da Comissão de Trabalhadores; e ameaçou despedir todos os trabalhadores admitidos durante a intervenção do Estado.

A resposta dos trabalhadores

Imediatamente após a concentração de 19-10-78 demitido, como represália, 19 trabalhadores. Contra todas estas arbitrariedades, os trabalhadores manifestaram-se, como se diz, em 19-10-78, em Vila Nova de Gaia, enchendo por completo a Praçeta 25 de Abril.

Os trabalhadores da Real Vinícola/Real Companhia Velha, com o apoio e a solidariedade de milhares e milhares de trabalhadores do distrito do Porto e do resto do País, não aceitaram a desintervenção decretada por um Governo demitido, de limitados poderes de actuação, e repudiaram vigorosamente o regresso do sr. Silva Reis à gestão das citadas empresas, pelos motivos desabonadores já mencionados.

A concentração de 19-10-78, em Gaia, e a solidariedade de milhares e milhares de trabalhadores foi uma prova da poderosa disposição de luta que anima os que produzem a riqueza deste País.

O sr. Silva Reis não tem futuro na Real Vinícola/Real Companhia Velha! O futuro pertence aos trabalhadores. A decisão ilegal de um Governo-não-governo, que só tem (des)governado o País, para mal do seu povo e dos trabalhadores, não pode nem deve ser mantida. Os trabalhadores portugueses têm sido, e continuarão a ser, os mais firmes defensores da autêntica recuperação económica de Portugal, recuperação que respeite os legítimos interesses e direitos dos que trabalham, na defesa intransigente da Constituição da República, que é a Lei Fundamental do nosso País.

J. PIMENTA: 850 TRABALHADORES NA MISÉRIA

COMISSÃO ADMINISTRATIVA, PRECISA-SE!

Os trabalhadores da «J. Pimenta», continuam em luta pela recuperação económica da empresa e pela conservação dos seus postos de trabalho.

A empresa J. Pimenta tinha, mercê de uma série de fraudes, uma existência deficitária da ordem dos 70 mil contos, em Dezembro de 1974, comprovada por uma peritagem efectuada pela «Coopers e Lybrand». As graves irregularidades praticadas pela administração, provocaram a situação de falência e levaram a uma acção em tribunal no valor de 94 mil contos.

Longo após o 25 de Abril, o sr. João Pimenta chamou à empresa um grupo de técnicos, encabeçado pelo ex-ministro da Habitação, sr. Ribeiro Eduardo Pereira, para fazer um estudo sobre a sua viabilidade. O grupo de técnicos concluiu pela necessidade de despedir umas centenas de trabalhadores. Os trabalhadores, ao contrário, acreditavam na viabilidade da empresa, com a conservação de todos os postos de trabalho, desde que o Governo definisse uma política de habitação social, e que fossem construídas todas as casas para as quais já havia compradores.

Foi elaborado um plano pormenorizado para a recuperação da empresa sem prejuízo dos postos de trabalho, que foi enviado à Comissão Administrativa e aos Órgãos do Governo directamente implicados na solução do problema, a começar, naturalmente, pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas.

A situação actual

Os 850 trabalhadores suspenso da J. Pimenta estão nas mais desesperadas situações económicas e com «processos de despejo» por

nao poderem pagar as rendas das casas.

Entretanto, permanecem numa luta corajosa em estreita união com os que continuam em actividade, reafirmando a possibilidade de levar à prática o seu plano de viabilização, com a manutenção dos postos de trabalho existentes e a reintegração dos suspensos.

Os trabalhadores, verificando que os gestores tudo fazem para paralisar a empresa, considerando-os «testas de ferro do sabotador João Pimenta», exigem dos órgãos do Poder: a demissão imediata da Comissão Administrativa da abertura de um rigoroso inquérito à gestão da empresa; a nomeação de uma nova Comissão Administrativa de competência comprovada.

Para o inquérito que exigem, consideram ter importantes elementos a fornecer,

entre os quais, a merecimento de exemplo, nos citaram, há um volume muito importante de obras que foram praticamente abandonadas, ou não foram renegociadas, como as de Telhadas, da Quinta do Mocho, e do bairro de casas sociais da Associação de Moradores de 25 de Abril, no entanto, um grande número dos trabalhadores que estão na empresa não têm trabalho (situação que, aliás, encaram com a maior inquietação); todos os elementos da Comissão de Trabalhadores foram suspensos; dos trabalhadores readmitidos, foram, ostensivamente, excluídos os que estão próximo da idade da reforma ou os deficientes; os planos de precisão orçamental foram feitos de tal maneira, que os trabalhadores em exercício já sabem que não há (em caixa) dinheiro para os salários de Novembro.

Os trabalhadores da J. Pimenta querem trabalhar e sabem que é possível tornar a empresa rentável, bastando, para isso, negociar todas as possibilidades que se oferecem, ainda neste momento, à empresa. Mas, na esperança de que os oçam — ou melhor, exigindo que as entidades competentes cumpram com os seus deveres administrativos — reclamam um inquérito imediato, e a nomeação de uma Comissão Administrativa competente, honesta e

que respeite os direitos dos trabalhadores.

Termino assim um processo que, por certo, servirá de emenda a este patráo e será um sério aviso a todos aqueles que pretendem limitar ou impedir o livre exercício das liberdades sindicais consagradas na Constituição na Lei Sindical e na Contratação Colectiva. Saiu também prestigiada a justiça democrática, quando não atendeu aos subterfúgios e arimanhas do patronato boicotador.

800 TRABALHADORES DA ITT STANDARD-ELÉCTRICA

O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança, e Vila Real, protesta contra a manobra da ITT/Standard Eléctrica de tentar despedir 830 trabalhadores.

Alerta as entidades oficiais de que não é cedendo às pressões das multinacionais que se resolverão os problemas económicos do nosso País, e que se diminuirá o desemprego.

Os trabalhadores da Standard Eléctrica apontaram às entidades governamentais as vias realistas para a ocupação integral dos postos de trabalho, e para que a empresa não diminua a sua produção com influência nas exportações do nosso País.

O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança, e Vila Real, manifesta o seu apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores da ITT/Standard Eléctrica contra o desemprego e pelo direito ao trabalho consagrado na Constituição da República.

PELO DIREITO AO TRABALHO! CONTRA O DESEMPREGO!

—PELA PROIBIÇÃO DO DESPEDIAMENTO COLECTIVO!

—PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!

VITÓRIA DOS TRABALHADORES DA OLIMAR

No passado dia 21 de Fevereiro do corrente ano, os trabalhadores da empresa metalúrgica OLIMAR-Construções Electromecânicas, SARL, com sede em Alcanena, reuniram-se em plenário para discutir os problemas que os afectavam.

Este plenário convocado segundo os preceitos legais contou com a participação de dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém.

Conforme, informação prestada na altura aos órgãos de Comunicação Social, o patrão Domingos Francisco Ramilho, veio a boicotar o dito ple-

nário através de insultos, ameaças e tentativas de agressão aos dirigentes sindicais e trabalhadores presentes no plenário.

Esta actuação ilegal e reaccionária, veio a merecer por parte da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém, a exigência de punição exemplar deste patráo por parte das entidades competentes.

Passados alguns meses, o patrão Domingos Francisco Ramilho, veio a ser condenado pelo tribunal da Comarca de Torres Novas, à pena de 4 meses de prisão (reemvia a dinheiro), além da empresa ter

O delirante procedimento do governo demitido

VOLTARAM OS ESPANCAMENTOS E OS CÃES-POLÍCIAS AOS CAMPOS DO ALENTEJO

É indiscutível que a Reforma Agrária constitui um problema político de fundo que influenciou as sucessivas crises governativas e que pesará fortemente na solução da crise actual.

Está fora de dúvida que, por esse facto, qualquer Governo que venha a substituir o que está em funções, com os apoios políticos e constitucionais necessários, não pode definir uma política agrícola para a zona de intervenção da Reforma Agrária, sem ponderar a problemática das reservas e expropriações, embora não se possa limitar exclusivamente a essa problemática.

DUMA brutal evidência, no entanto, que o Governo demitido inclinar-se em problemas de fundo da sociedade portuguesa, sem ter a capacidade política e constitucional para o fazer. Devido salientar-se que a autoproclamada «legitimidade» do MAP só funciona para entregar reservas, e evapora-se quando se trata das expropriações, legalmente determinadas, de terras aos agrários.

O MAP de Vaz Portugal e, sobretudo, a Secretaria de Estado de Ferreira do Amaral, dão seguimento à política de agressão e repressão fascistas dos famigerados Barretos e Portas, no momento em que os trabalhadores das UCP's e das cooperativas estão empenhados na campanha das

sementeiras para garantir o pão de todo o povo português.

Os trabalhadores aprovaram um plano de produção para a zona da Reforma Agrária — como foi lembrado pelos representantes dos trabalhadores agrícolas da zona, num encontro tido com os órgãos da Informação no passado dia 18 de Outubro — que, a ser aplicada, pouparia ao País a importação de produtos agrícolas no valor de milhões de contos, contribuindo obviamente, e duma maneira muito significativa, para a resolução da crise económica que atravessamos, crise que é uma resultante do fascismo mas que o é, também, e em larga medida, da política de recuperação

capitalista e agrária iniciada pelo VI Governo Provisório e desenvolvida pelos que lhe sucederam.

Nesse mesmo encontro com os jornalistas, os trabalhadores anunciaram a sua disposição de levar para a frente um vasto plano de sementeiras de Outono/Inverno, prevendo o cultivo de mais de 250 000 hectares de cereais praganosos e forragens, ou seja, mais de 182 000 ha do que no tempo dos agrários.

— A informação é de 18 de Outubro... — por mais de 70 os trabalhadores feridos e espancados em resultado da repressão do Governo, dos quais mais de 40 tiveram de receber tratamento hospitalar, encontrando-se internada uma mulher grá-

vida vítima das mordeduras de «cães-polícias».

«Nalguns casos — informou-nos um dos trabalhadores — a repressão tem-se caracterizado por cenas de autêntico sadismo por parte de alguns elementos da GNR que mais se têm destacado nesta nova ofensiva, como é o caso do sargento Bilé e do praça Joaquim Francisco Durão Marques.»

Os trabalhadores agrícolas com quem falamos, estão convencidos de que as acções repressivas das forças militarizadas são desencadeadas sem autorização dos Governos Cívicos, autoridades máximas ao nível distrital, a quem legalmente compete accionar essas forças. São os próprios elementos da GNR quem





O 24 de Outubro é uma data fundamental na vida da Reforma Agrária, que marca, sem equívocos, a firme disposição dos trabalhadores portugueses para a defesa intrínseca de uma das maiores conquistas populares do pós 25 de Abril.

A Reforma Agrária, odiada pelos grandes senhores e como a menina dos olhos dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo!

Não surpreende, por isso, que, contra as violências do MAP, o povo trabalhador do Alentejo tenha levantado, num imenso protesto de mais de 5.000 almas, a sua retumbância leve tão forte solidariedade dos trabalhadores de quase todo o País! E a justa palavra gritada por tantos corações confiantes de «O trabalho da paisa, a violência não deve, repercutir em muitos dos outros trabalhadores, e também homens fardados da GNR, pois todos eles sabem que também são filhos do povo. Fora com os traidores dos interesses de Portugal que ainda ocupam legalmente, o MAP, os reacçãoaristas Vaz Portugal e Ferreira do Amaral. E que viva a Reforma Agrária, cetero presente, riqueza incomparável no futuro de Portugal!

tivas e Cooperativas Agrícolas, pequenos agricultores, dirigentes sindicais, cidadãos das vilas e aldeias.

Quando o MAP afirma que, aplicando a odiosa e contestada Lei-Barreto não reduz os postos de trabalho e que o crédito está garantido às cooperativas, mente com uma inqualificável falta de pudor: precisamente pela aplicação da famigerada lei o desemprego alastra pelo Alentejo, e nem os agrários nem o MAP se preocupam com fantasias a longo prazo no caso do MAP) com a conservação dos postos de trabalho, como o têm demonstrado todos os anteriores casos de devolução de herdades, e o crédito está cortado para a generalidade das UCP's e cooperativas.

Tém evidente razão os representantes dos trabalhadores agrícolas da zona da Reforma Agrária quando, em documento apresentado no referido encontro com os órgãos da Informação, afirmam: «O que se passa é que está em curso uma manobra concertada, com vista, por um lado, a aproveitar este Governo demitido e irresponsável para trazer a entrega, aos agrários, do máximo de terra no mínimo de tempo, e, por outro lado, tentar através das acções provocatórias deste Governo atingir outros órgãos de soberania. Hoje, a reacção e os esquerdistas já dizem que a culpa não é do Governo mas do Presidente da República que nomeou o Primeiro-Ministro...»

No momento em que elaboramos estas notas — com um atraso demasiadamente longo sobre a publicação de «Alavanca», por imperativos de ordem técnica — acontecimentos importantes se estão a desenrolar, e formas superiores de luta estão a ser consideradas, começando com paralisações simbólicas na zona da

Reforma Agrária. São já muito importantes e numerosas as formas de solidariedade anunciadas ou já em curso, vindos de todos os sectores do trabalho e da maior parte dos distritos do País.

A CGTP-IN considera que a acção do MAP, as desintervenções efectuadas em empresas salvas pelos trabalhadores da mina em que se encontravam ou das sabotagens sofridas, a falta de actuação em relação ao boicote patronal à contratação colectiva, à inércia consentida e cúmplice com a paralisação dos Tribunais de Trabalho, e a «aplicação» da Lei Barreto, contestada por todos os trabalhadores, com recusa de diálogo e utilização de métodos de repressão fascista, demonstram que o Governo não é, nem nunca foi, de independentes». É um Governo dependente dos grandes monopólios e latifundiários e, como tal, actua na defesa dos seus interesses reacçãoários.

O Secretariado Nacional da CGTP-IN garante aos trabalhadores agrícolas da zona da Reforma Agrária, mais uma vez agredidos por aparelhos de Estado ao serviço de reacçãoários, a total solidariedade activa dos trabalhadores portugueses, e manifesta o mais veemente repúdio pelos crimes cometidos pelo MAP contra as conquistas de Abril.

Responsabilizando o Governo demitido pelas consequências que possam advir das suas atitudes irresponsáveis, pelo desencadear de processos de desestabilização económica e social. O Secretariado Nacional afirma que os trabalhadores saberão utilizar as justas formas de luta para defender eficazmente os seus interesses e direitos, e manter intactas as conquistas de Abril.

divide os gados e as máquinas. Não são respeitados acordos anteriormente lavrados em actas. Entregam-se terras, máquinas e gados a sabotadores e absentistas, sem se ter em conta, claro, a viabilidade económica das cooperativas.

Como reagiu o Governo demitido de Nobre da Costa, através do MAP, às propostas contidas nas conclusões do Encontro Regional das Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas, realizado em Évora a 23 de Setembro?

Foi um grupo de homens e mulheres, trabalhadores da Reforma Agrária, com os corpos cobertos de equimoses, mordeduras de cães-polícias, fracturas ósseas — e nos rostos uma re-

solução inabalável de prosseguir na sua luta pelo pão ganho em condições de dignidade e comido na paz dum sociedade justa — que respondeu à pergunta do jornalista (como esquecer os teus olhos vermelhos de sangue na tua face iluminada de confianças e certezas e frisada de nódoas roxas e verdes, camarada Ana Maria Mendes?)

«Enormes contingentes da GNR — disseram-nos — com dezenas de «jeeps», centenas de guardas, cães-polícias, cavalos, viaturas «Shartland», matracas e chibatás, descoram (novamente!) aos campos do Alentejo para entregar as terras aos agrários, espancando, agredindo e prendendo dezenas de trabalhadores das Unidades Collec-

A desintervenção na ECRIL

A Ecril constituída em 1976, devido a várias administrações deficientes, foi sempre uma empresa bastante débil. Tal como todas as empresas deste sector, a sua constituição, com reduzidíssimo volume de capitais próprios, beneficiando à larga de créditos e vantagens do regime fascista e da exploração escandalosa da mão-de-obra fabril e do campo, a partir do 25 de Abril já não interessava aos patrões como instrumento de sabotagem e de desestabilização, como armas contra o 25 de Abril.

Após o 25 de Abril de 1974, os trabalhadores da Ecril organizaram-se de modo a pôr cobro a diversas situações que colocaram em perigo os seus postos de trabalho. Tal como era de esperar, a entidade patronal respondeu à organização das trabalhadoras da pior forma, tentando entravá-la, à boa maneira fascista, despedir alguns trabalhadores e encerrar a empresa.

Razões da Intervenção

No entanto, os trabalhadores elaboraram um caderno reivindicativo, não aceite pela entidade patronal, e, mais tarde, elaboraram vários relatórios enviados aos órgãos de Poder. Após a análise destes relatórios a Ecril foi intervenida em 27 de Maio de 1975, pelo Ministério da Agricultura e Pescas, por se encontrar em deficiente estado de funcionamento, indícios de irregularidade de gestão e actos de sabotagem económica.

O desenvolvimento, e o estado de absoluto e de abandono em que se encontravam as máquinas, obrigaram a que os trabalhadores tivessem que sacrificar as suas horas e dias de descanso, a fim a empresa se encontrar em condições de laboração no prazo de 3 meses.

Com a intervenção do Estado, não só melhoraram as condições de trabalho, como foram alcançadas conquistas no aspecto social, tais como: Médico com recetário da Caixa de Previdência, Referatório com refeições subsidiadas (o existente era um barracão só com mesas de madeira e andaime), Cooperativa de

"ARBITRÁRIA INCONSTITUCIONAL E INCOERENTE"

Os trabalhadores da fábrica de concentrado de tomate ECRIL, com sede em Castanheira do Ribatejo, e que emprega o esforço de 111 trabalhadores permanentes e de cerca de 200 sazonais, têm vindo a demonstrar a mais firme oposição ao regresso à empresa, dos antigos patrões sabotadores. A ECRIL, que foi intervenida em Maio de 1975, devido a indícios de irregularidades de gestão e actos de sabotagem económica sofre, agora, os resultados da resolução do Conselho de Ministros do III Governo demitido, de pôr cobro à intervenção do Estado naquela empresa.

Os trabalhadores da ECRIL opõem-se frontalmente a essa resolução que consideram «arbitrária, inconstitucional e inconsciente».

Os representantes dos trabalhadores da ECRIL citam as elucidativas palavras do dr. Luis Lobo, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com quem, no decorrer do processo, se avistaram: «Esta resolução não é técnica, mas sim o prosseguimento de uma política de fundo do I e II Governos Constitucionais, que não tiveram a coragem de a pôr em prática.»

Consumo, subsídio de reforma, subsídio de doença e acidentes de trabalho para todo o pessoal, cumprimento dos CCTV, transporte de Pessoal, etc.

Solução apontada para a empresa

A produção da empresa foi mantida dentro da sua capacidade transformadora tendo-se conseguido um grau de utilização de equipamento superior aos dos restantes fábricas do sector.

Quanto às vendas, pode-se afirmar que a Ecril é das empresas que melhor tem escaçado o seu produto. Senão, vejamos: Em Dez. de 1977, enquanto a Ecril já tinha toda a produção vendida, o sector de concentrado de tomate composto por 28 fábricas ainda não tinha ultrapassado os

50% nas vendas.

Para o ano de 1978 a produção da Ecril encontrava-se já praticamente totalmente vendida, que corresponderia a uma entrada de divisas no nosso País de mais de 100 mil contos.

À data da intervenção, a Ecril era uma empresa tecnicamente falida, isto é, o seu capital Social estava totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados.

Na sequência da intervenção Estatal, durante os anos de 75/76 e 1977, sobreviveu uma das crises cíclicas do mercado internacional do concentrado de tomate o que, aliado ao boicote dos países capitalistas, conduziu à degradação dos preços e a agravamento da situação de «generalidade das empresas produtoras de concentrado de tomate, pois, praticamente, a to-

talidade da sua produção se destina à exportação. De qualquer forma, se não tem sido o empimento dos trabalhadores na produção, não reateando esforços e sacrifícios, a situação desta empresa seria hoje muitíssimo pior. Em 1977 apresentava já um lucro de cerca de 8 mil contos, prevendo-se, para 1978, um lucro estimado em cerca de 20 mil contos.

No que respeita aos investimentos efectuados, referimos que, enquanto os antigos patrões, nos últimos 3 anos, investiram somente cerca de 4 mil contos, os trabalhadores, em igual período de tempo, investiram na empresa mais de 15 mil contos, sendo de realçar que eles foram feitos na sua maioria para beneficiar tecnologicamente o sector fibril abandonado até então.

Sabendo os trabalhadores que, para estes patrões, a Ecril e todas as desintervenções, não servirão como instrumento de sabotagem e de desestabilização para comprometer a democracia e facilitar o regresso do fascismo, e que o dinheiro que lhe seja posto à disposição não será aplicado na recuperação das empresas, antes se servirão dele para as suas negociações ou para enjardar as suas contas da Suíça, os trabalhadores da Ecril a devolução da Empresa aos antigos patrões.

Em Maio do ano em curso, os trabalhadores aprovaram em plenário a solução para a Ecril, face à desintervenção. Esta solução foi apresentada em forma de proposta ao MAP, contendo a aquisição da Empresa por cerca de 17 mil contos por empréstimo do Estado, o que parece aceitável aos trabalhadores tendo em linha de conta as condições absolutamente escandalosas de empréstimos feitos a patrões de empresas desintervenções e devolvidas ao patronato, como no Pão de Açúcar, Grão Pará, Torralta, etc.

A desintervenção

A desintervenção da Ecril é, nesta altura, considerada pelos trabalhadores como «arbitrária inconstitucional, e inconsciente».

É arbitrária pois a SECIA do MAP falhou aos compromissos assumidos pela voz do Eng.º Prates Canelas do CDS não

discu
res a
pela
Ei
actu
pode
giam
E
da r
Minis
Costa
esta
um n
vame
empr
lhado
é qu
tomo
passo



derou,
existe
tos n
recol
Co
pode
ção b
rio de
nista
sent
lendo
pelo c
tomat
uma p
viame
En
os tra
move
conce
mara
com
lação
ção o
Nob
tracã
algun
lhado
tracã
da C

discutindo com os trabalhadores a proposta apresentada pela CT da EcriL.

É inconstitucional, porque o actual Governo não possui poderes para deliberar colegialmente sobre esta matéria.

É incoerente, pois, à saída da reunião do Conselho de Ministros, o Ministro Adjunto, Costa Freitas, afirmou que esta decisão não impedirá que um novo Governo venha novamente a intervir nesta empresa, pelo que os trabalhadores se interrogam: Como é que este Governo demitido tomou uma decisão desta responsabilidade se o anterior, no passado mês de Julho, consi-

com os representantes dos órgãos autárquicos do Concelho, que em face do exposto, concluiu que a medida tomada, não tinha tido em conta os justos interesses dos trabalhadores e da Economia Regional e Nacional.

Foi então constituída a Comissão de Apoio, composta pelos: presidentes da Câmara, Assembleia e Conselho Municipal de Vila F. Xira, presidentes da Junta e Assembleia de Freguesia de Castañeira do Ribalejo; dois deputados à AR, residentes no Concelho; três elementos da CT da EcriL; um elemento da CA da EcriL.

tores do capital social não querem transaccionar a empresa.

Foi então, em 13/10, que os trabalhadores da EcriL se viram surpreendidos com a publicação, no «Diário da República», da desintervenção da Empresa e entrega ao patrão.

Reunidos em plenário nessa data, os trabalhadores mais uma vez repudiaram a acção do Governo demitido de Nobre da Costa, que desprezou as propostas apresentadas pelos trabalhadores; a transformação da Empresa em Cooperativa, ou a sua integração na Companhia das

Lezírias, nunca antes do mês de Novembro.

Consequências da desintervenção

Com a decisão de desintervenir a EcriL nesta altura, o Governo faz perigar, não só os postos de trabalho de 111 trabalhadores efectivos e 200 eventuais, mas também a própria vida da empresa, pois os seareiros, na sua maior parte, deixaram de fornecer tomate à empresa.

Também os gestores da Banca Nacionalizada, ao serviço do grande capital, após a notícia da desintervenção da EcriL, suspenderam a concessão de crédito à empresa, tentando a sua asfixia financeira.

Esta medida, tal como a do Governo, de desintervenir a EcriL devolvendo-a ao patrão, demonstra bem as arbitrariedades que estão a ser cometidas contra os trabalhadores e a economia nacional; a sabotagem económica em que as forças do capital e os seus representantes estão empenhados.

Os trabalhadores da EcriL, não se deixam desanimar, e sabem que contam com a solidariedade de todos os trabalhadores para que a reacção seja definitivamente batida, a Constituição seja aplicada e sejam respeitados todos os seus direitos e todas as conquistas do 25 de Abril.



derou insuficientes os dados existentes, e outros elementos não foram posteriormente recolhidos.

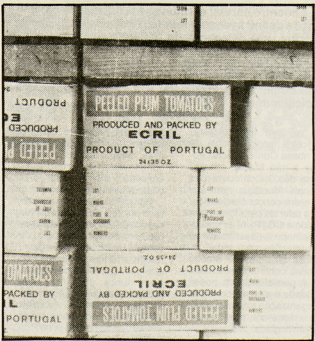
Como é que um governo pode fazer uma desintervenção baseando-se num relatório de uma Comissão Intermunicipal, relatório esse apresentado à mais de 1 ano, revelando desconhecimento total pelo sector de concentrado de tomate, baixo nível técnico, uma proposta de solução previamente cozinhada?

Enquanto isto se passava, os trabalhadores da EcriL promoveram no dia 29/9/78, uma concentração no largo da Câmara Municipal de V.F. Xira, com vista a esclarecer a população do Concelho, da resolução do Governo demitido de Nobre da Costa. Esta concentração teve a participação de algumas centenas de trabalhadores. Após esta concentração, foi realizada, a pedido da CT da EcriL, uma reunião

Esta comissão desenvolveu várias diligências junto dos órgãos do poder, no sentido de suspender a decisão tomada pelo Conselho de Ministros, tendo sido recebido pelo 1.º Ministro Nobre da Costa, e pelo presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes.

Da reunião com o 1.º Ministro, e a partir de dados que ele considera como «novos», ficou assente uma nova reunião com a CA e a CT, com o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Finalmente o Secretário de Estado convidou também a entidade patronal. Nesta reunião nada foi alterado, não só devido a opção política deste Governo, servidor dos grandes capitalistas e agrários e portanto desprezando as propostas dos trabalhadores, mas, também, porque os de-



A CGTP-IN e o mundo



O ENCONTRO ENTRE A CMT E A CGTP-IN

UM ENCONTRO CORDIAL E FRUTUOSO

Encontro cordial e frutuoso é na realidade como se pode definir a recente reunião realizada em Bruxelas entre uma delegação da CGTP-IN composta por Alvaro Rana e Joaquim Caihu membros da Comissão Executiva da nossa Confederação e outra da Confederação Mundial do Trabalho chefiada por Ja Kulakowski secretário geral daquela organização sindical mundial.

Se bem que a plataforma programática da nossa Confederação advoque a não filiação em nenhuma das 3 Confederações Sindicais Mundiais nem por isso e em concordância aliás com a referida plataforma tem deixado a CGTP-IN de procurar melhorar e desenvolver as suas relações com todas as Centrais sindicais de âmbito nacional, continental ou mundial. A persistência da nossa actividade e a nossa condição de organização sindical não filiada coloca-nos numa posição privilegiada nesta matéria. O reconhecimento, também além fronteiras, do carac-

ter verdadeiramente unitário da nossa Confederação é aliás matéria assente e bem comprovada no número e diversidade das nossas relações a nível internacional.

Porque sempre nos pautamos por regras que têm a ver com o respeito mútuo, a soberania e a independência de cada Movimento Sindical, nunca ditámos a ninguém o que quer que fosse como também nunca admitimos que outros o fizessem em relação a nós ou pudessem, de qualquer modo, contestar o nosso empenhamento a nível de Portugal.

Este princípio, é claramente

reafirmado pela CGTP-IN e pela CMT quando salientam no comunicado conjunto que «comete somente aos trabalhadores portugueses determinar os objectivos da sua acção e as formas da sua organização». Esta é uma linha de conduta que a CGTP-IN manterá inalterável pois só assim é possível servir hoje e amanhã os interesses dos trabalhadores portugueses continuando fiéis ao passado de luta da classe trabalhadora do nosso país.

Foi sempre com base nos princípios atrás enunciados que a CGTP-IN se tem afirmado a nível internacional, tem granjeado prestígio para os trabalhadores portugueses



Jan Kni-Kowski secretário-geral da Confederação Mundial do Trabalho

e tem constituído, pelo exemplo da sua real unidade interna, um sólido contributo para a unidade do próprio Movimento Sindical Internacional, como já o reconheceram aliás várias organizações tanto nacionais como internacionais.

O encontro com a CMT foi disso exemplo. Durante as conversações que travaram de 25 a 29 de Setembro as delegações da Confederação Mundial do Trabalho e da CGTP-IN trocaram impressões sobre vários assuntos de interesse mútuo e sobre a situação internacional.

Conforme indica o comunicado tomado público em Bruxelas e em Lisboa, as duas delegações condenaram as intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) que sempre se traduzem por repressão e regressão social assim como as intervenções

estrangeiras na vida sindical portuguesa.

Ainda a nível internacional a CMT e a CGTP-IN trocaram pontos de vista sobre problemas sociais e económicos, tendo constado em comum que a perda do poder de compra, a deterioração das condições de vida e de trabalho são preocupantes, pelo que se lamenta o carácter infelizmente ainda fragmentado da luta sindical no sentido de se obter efectivamente as actividades das sociedades multinacionais.

A CMT deu a conhecer as suas actividades nos diferentes continentes desenvolvidas desde o seu último Congresso no sentido de ultrapassar as clivagens actuais e tornar convergentes as estratégias sindicais.

A Confederação Mundial do Trabalho e a CGTP-IN decidiram ainda no decorrer do seu encontro, manter contactos, com especial incidência sobre a Conferência Mundial da Reforma Agrária a organizar pela FAO (organização das Nações Unidas) em 1979 e sobre a Conferência Sindical preparatória daquela reunião, na qual a CMT decidiu apoiar, o que é altamente prestigioso para o Movimento Sindical Português, a resolução sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural apresentada pela CGTP-IN à 64.ª Conferência da OIT em Junho de 1978. Em completa independência recíproca, as duas organizações decidiram cooperar em diversos domínios.

Durante a sua estadia em Bruxelas a delegação da CGTP-IN teve um encontro com a Confederação dos Sindicatos Cristãos da Bélgica em que participou o seu presidente J. Houthuys a quem a delegação portuguesa relatou a situação do nosso Movimento Sindical e dos trabalhadores portugueses.

A Confederação Europeia dos Sindicatos, Organização Continental Europeia, na pessoa do seu secretário-geral, M. Hinterscheid, foi outra das organizações que recebeu a delegação da CGTP-IN. Este encontro da Confederação Sindical Portuguesa com a CES permitiu uma troca de impressões sobre ambos os Movimentos Sindicais e a abordagem de outros assuntos de interesse para ambas as Confederações. Encontros bastante profícuos e qualitativamente reveladores do papel cada vez mais importante da CGTP-IN a nível do país quer a nível internacional.

ra
co
br
qu
C
de
gu

D

rua
rea
per
dra
dir
um

N
relat
Cent
800
ções
Secr



A CNT DO URUGUAI 12 ANOS DE LUTA

No passado mês de Outubro 1978 a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Uruguai completou 12 anos de existência. Em 1 de Outubro 1966 – no mesmo mês e no mesmo dia em que foi fundada a nossa Confederação – reuniu o Congresso de Unificação Sindical após um grande debate prévio entre todos os trabalhadores uruguaios.

A totalidade dos Sindicatos do Uruguai agrupou-se então no seio da Confederação Sindical única do Uruguai.

Após da jovem CNT estavam 80 anos de duras e heróicas lutas dos trabalhadores desse pequeno país sul-americano. Solidamente agregada aos princípios do sindicalismo de classe, a CNT rapidamente aparece aos olhos do patronato como o inimigo a abater. A existência de uma só Central Sindical instrumento tão importante e decisivo para a luta dos trabalhadores não deixava a burguesia indiferente. Pouco tempo após a sua fundação já a CNT conhecia, sob a capa do Estado de sítio, uma feroz e selectiva repressão. Prisões de dirigentes sindicais, encerramento de sedes de sindicatos e militarização de certos sectores da economia, nada amedrontou a jovem mas poderosa Central Sindical. Em 1971 no seu 2.º Congresso a CNT reforçada com novas adesões de sindicatos, era já um dos mais sólidos bastiões na luta contra os planos reaccionários preparados cuidadosamente pelos cérebros do Pentágono com o apoio do capital interno e dos meios fascistas uruguaios.

Os grandes senhores da banca e os grandes latifundiários, apoiaram pois abertamente o Golpe de Estado

de 27 de Junho de 1973, golpe sangrento que mergulhou o Uruguai na mesma noite do fascismo. Quando em 27 de Junho Bordaberry e os restantes generais fascistas, apoiados pelos serviços secretos norte-americanos decretaram a ditadura, a classe operária com a sua CNT à cabeça decretou por seu lado a greve geral em defesa da democracia. O país estava quase todo paralisado, excepção feita dos serviços de água, luz, serviços médicos, transportes essenciais etc. que os trabalhadores asseguravam à população. Cada posto desocupado pela violência pelas forças militares era novamente ocupado pelos trabalhadores que recebiam ajudas e mantimentos da população.

A ditadura militar lançou então segunda fase da sua ofensiva: a repressão ainda mais violenta e sangrenta, a proibição da CNT, a prisão dos seus dirigentes e de milhares de trabalhadores.

Em 18 de Julho de 1973 150.000 trabalhadores abandonam o trabalho e manifestam-se na rua, reclamando o fim da ditadura. Desde então a CNT continuou a ser um dos bastiões da luta mais sólidos contra a ditadura fascista no Uruguai.

(cont. prox. número).

O V CONGRESSO NACIONAL DA CGTP PERUANA

Como afirmou o Secretário-Geral da CGTP Peruana, Eduardo Castillo Sanchez, «este V Congresso realizou-se em circunstâncias cruciais para a o povo peruano. Vivemos provavelmente – afirmou – a mais dramática das encruzilhadas políticas. Participamos directa ou indirectamente no que poderemos chamar uma definição histórica da sorte do povo peruano.»

No seu extenso e completo relatório ao Congresso da Central Peruana e perante 800 delegados e 15 delegações sindicais convidadas, o Secretário-Geral da CGTP

afirmou:

«O imperialismo mantém a sua política de pressão e chantagem no sentido de virgar completamente o espirito do nosso povo. No entanto



pior do que tudo isto é a política seguida pelo Governo perante o imperialismo. Sob pretexto de uma crise e pressionado por ela o Governo capturou desavergonhadamente criando uma grave situação no nosso país. Foi este o sentido das conversações com o FMI.»

Passando a analisar uma situação que em muitos (quase todos) aspectos é, pelos trabalhadores portugueses, bem conhecida, pode ler-se no relatório de E. Castillo:

«No plano social o Governo descarregou os efeitos da crise sobre os ombros da classe operária. Por isso promoveu o congelamento dos salários e a regulamentação das Convenções Colectivas, lançou a chamada política de austeridade e dando facilidades ao patronato, criou condições para milhares de despedimentos.»

No entanto, afirmaria o Secretário-Geral da CGTP

A HERÓICA LUTA DO POVO DA NICARÁGUA



No entanto e perante mais este genocídio, há os que, falando da América Latina e das ditaduras aí existentes, esquecem um dado fundamental: elas só podem sobreviver graças ao apoio econômico e militar que lhes é dado pelos Estados Unidos da América e pelo imperialismo em geral. Na realidade, os fantoches que o imperialismo coloca e mantém nesses países constituem sólidas garantias para a continuidade da absoluta dominação econômica que exerce sobre os mesmos.

Também a economia da Nicarágua está praticamente nas mãos de magnatas estrangeiros, principalmente norte-americanos. Na indústria, embora pouco desenvolvida, 70% de todos os investimentos estrangeiros são americanos, que controlam ainda 80% da indústria mineira. Na agricultura onde trabalha cerca de 70% da população, o capital norte-americano controla 90% das explorações florestais.

Paraíso da ESSO Standard Inter — América, da STEEL Corporation, da Morgan CO, etc., etc., a Nicarágua é também uma zona estratégica para os interesses militares do Pentágono. Sorriso estudadado e à altura da Campanha dos Direitos Humanos que lançou, J. Carter, presidente dos EUA, enviou conselheiros militares norte-americanos e mercenários de outras nacionalidades para lado a lado com o ditador Somoza (ele próprio antigo Ranger do exército americano) participaram no massacre às populações.

O que se passou tão tragicamente na Nicarágua tem sido, no entanto, o dia-a-dia daquele continente.

Nicarágua. Essencialmente agrícola este pequeno país da América Central é bem um exemplo típico da dominação que o imperialismo norte-americano exerce particularmente sobre aquela região. A Nicarágua vive sob a pata da ditadura da família Somoza há 44 anos, ditador que, ainda há pouco, deu que falar pela maneira bárbara como reprimiu a recente e patriótica sublevação popular naquele país.

A imprensa relatou (a que relatou!) a herocidade do pequeno povo (2,5 milhões de habitantes) da Nicarágua que, levantando-se em massa face à barbárie, mereceu o respeito do mundo. Como declarou aliás o Plenário da CGTP-IN o povo da Nicarágua luta pela dignidade de homens livres».

Sobre a luta do povo nicaraguense

O Plenário dos Sindicatos realizado em Lisboa no dia 23

de Setembro aprovou por unanimidade e aclamação a seguinte Moção:

— Considerando que o regime ditatorial de Somoza, com o apoio do imperialismo, leva a cabo uma

Neste congresso histórico para o Movimento Operário peruano, os trabalhadores portugueses por intermédio do representante da CGTP-IN, José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da nossa confederação, saudou calorosamente aquele

V Congresso e afirmou:

«A vossa luta, queridas camaradas, neste país onde uma revolução veio abrir radiosas perspectivas ao povo e aos trabalhadores peruanos, é um marco importante contra as tentativas de todas as forças que também aqui pretendem fazer retroceder o processo democrático, retirar aos trabalhadores conquistas alcançadas, subjugar este país aos interesses do imperialismo e converter o Perú de novo numa colônia do imperialismo americano.

«As posições de classe que a Confederação Geral dos Trabalhadores do Perú tem vindo a tomar ao longo deste

guerra de extermínio contra o povo da Nicarágua.

— Considerando que milhares de trabalhadores, homens, mulheres e crianças, foram barbaramente assassinados pela guarda pretoriana de Somoza, por lutarem pela democracia e pela liberdade do seu país.

— Considerando o legítimo direito do povo da Nicarágua e das organizações que patrioticamente o representam de se levantarem em massa contra a tirania e a opressão da família Somoza, cujo papel ao longo de 44 anos tem sido o de representante dos interesses do imperialismo naquele país e naquele continente.

O Plenário da CGTP-IN reunido em Lisboa aos 23 de Setembro de 1978.

— Condena veementemente os assassinatos em massa perpetrados pelas tropas de Somoza e pelos mercenários seus aliados fornecidos pelo imperialismo americano.

— Denuncia as tentativas do imperialismo e seus aliados para camuflar o verdadeiro sentido da luta do povo da Nicarágua tentando simultaneamente com falsas alternativas à manutenção dos seus interesses e influência.

— Sauda calorosa e emocionadamente a luta tenaz do povo da Nicarágua pelo estabelecimento das liberdades democráticas e sindicais e pela conquista da dignidade de homens livres.

Aprovada por unanimidade e aclamação.

Peruana, será possível fazer fracassar estes planos? Evidentemente que sim. A classe operária tem já suficiente experiência e vontade de combater para o conseguir. Historicamente o futuro pertence-nos.

URUGUAI

Superfície — 177.000 Km²
População — 2.800.000 Hab.
Capital — Montevideo (1.300.000 Hab)

Presos políticos: entre sindicalistas e outros 7.000 pessoas.
O Uruguai possui a maior percentagem de presos políticos. 1 Preso político em cada 400 habitantes.

Um habitante em cada 100 esteve preso.
Salário: o salário real de 1978 representa 30% do salário em 1968, donde em dez anos (10) perda de 70% do valor.

processo, têm merecido o apreço e a solidariedade dos trabalhadores portugueses e da sua Central Sindical — a CGTP-IN —, consciente de que a luta dos trabalhadores dos nossos dois países é comum e inserida no contexto global da luta dos oprimidos de todo o mundo.

«A firmeza de classe da nossa Central irá do Perú será a garantia para o futuro da vossa pátria.»

A SOLIDARIEDADE IMPEDIU MAIS UM CRIME

Ver na pág. 34

Informação Jurídica

CONTRATOS - PRAZOS

Repetidamente tem a CGTP-IN tomado posição quanto à regulamentação legal dos contratos de trabalho a prazo. Sempre tal posição se tem orientado pela defesa intransigente dos interesses e direitos dos trabalhadores, designadamente o direito ao trabalho e o direito à estabilidade da relação contratual e à segurança no emprego.

POR esse motivo foi denunciado durante o carácter explorador e antitrabalhadores do «DL» n.º 781/76, de 28.10, inconstitucional a vários títulos. Por esse motivo também a CGTP-IN repudia a proposta de lei n.º 1721, da autoria do II Governo Constitucional, que em variados aspectos pretende modificar para pior o actual regime jurídico dos contratos a prazo.

Para além de todos os outros pontos criticáveis de que enfermam que a lei actual que a referida proposta de lei, já referidos em comunicados e posições públicas da CGT/IN e em números anteriores do «Alavanca», importa realçar neste momento uma das questões que maiores e mais justificadas apreensões e protestos tem motivado da parte dos trabalhadores. Referimo-nos à revogação de regimes mais favoráveis aos trabalhadores constantes de instru-

mentos de regulamentação colectiva e à proibição do tratamento desta matéria na contratação colectiva.

Não se compreende, na verdade, que a lei sobre contratos a prazo venha impor limites à contratação colectiva nesta matéria, quando é certo que os contratos a prazo se aplicam em sectores de actividade bem determinados, na generalidade dos casos abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva e em que é possível às empresas garantirem em níveis diversos os direitos dos trabalhadores em matéria de emprego.

Sendo verdade o que se afirma (e quem o pretenda negar terá de fazer prova em contrário), não se pode aceitar que o quadro geral estabelecido pela lei se não limite a estabelecer condições mínimas para a celebração dos contratos a prazo e o respectivo regime, pretendendo negar, pelo

contrário, a possibilidade de, sectorialmente, serem obtidas melhores condições para os trabalhadores através da negociação de instrumentos de regulamentação colectiva. O que na prática o legislador assim quis fazer foi estrangular nesta matéria uma das fontes mais dinâmicas e criadoras do Direito do Trabalho, susceptível de nesta como noutras matérias provocar inovações importantes que constituam conquistas para os trabalhadores. E ao perflhar tal solução não encontrar o legislador qualquer apoio no texto da Constituição da República; pelo contrário, vem impedir que os trabalhadores, através das suas organizações de classe, possam obter maiores garantias de estabilidade da relação de trabalho e de segurança no emprego, obrigação constitucional do Estado que não impede o exercício de direitos dos trabalhadores e dos sindicatos,

como é o caso da contratação colectiva, no prosseguimento dos seus objectivos de classe próprios.

Algo de semelhante se pode afirmar também da lei dos despedimentos, que contém disposição equivalente a esta.

Em síntese, pode considerar-se que a proibição de a contratação colectiva afastar ou modificar a lei sobre contratos a prazo é mais um bônus atribuído ao patronato sem outro fundamento que não seja o de servir o patronato a favorecer a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Por isso o Movimento Sindical Unitário reivindicou e reivindica a total ausência de restrições à livre contratação colectiva em matéria de contratos a prazo.

MELO FERREIRA

CAMPANHA DE FUNDOS

AQUANDO da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977, tinham os congressistas apontado a necessidade de se promover a formação sindical dos trabalhadores portugueses, particularmente dos quadros sindicais, reconhecendo essa necessidade como um factor indispensável de gerar e fomentar uma consciência de classe e prevendo, para tal, desde logo, a constituição de uma Escola de Formação Sindical.

Em face da difícil situação financeira do Movimento Sindical Unitário não poder comportar os encargos determinados por um programa de formação sindical adequado à situação e à amplitude do desenvolvimento do Movimento Sindical, e chegando-se à conclusão que se torna urgente e imperiosa a criação dessa Escola de Formação Sindical, foi decidido, no Plenário Nacional da CGTP-IN, efectuado em 23 de Setembro de 1976, aprovar uma proposta do Secretariado Nacional, de promover, a nível nacional, uma Grande Campanha de Fundos destinada à constituição e manutenção dessa Escola de Formação Sindical para os trabalhadores portugueses. A meta dessa Grande Campanha de Fundos foi fixada em 10 000 contos.

Assim, nesse mesmo Plenário Nacional, foi aprovada, igualmente, a constituição da Comissão Nacional para essa Campanha de Fundos (CNCF), que ficou formada por:

Secretariado Nacional da CGTP-IN representado pelos seus membros, José Judas, Carlos Carvalho e José

Dinis; Secretariado da União dos Sindicatos do Porto (um representante a designar); Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa (um representante a designar); Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra (um representante a designar); Secretariado da União dos Sindicatos de Setúbal (um representante a designar); Um representante a designar por cada uma das associações que constituem a Comissão Permanente de Fundos do Conselho Geral da CGTP-IN (Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Papel, Cartões e Afins — Zona Centro, Federação dos Sindicatos de Hotelaria do Sul, União dos Sindicatos de Braga e União dos Sindicatos de Faro).

Espera-se que todos os trabalhadores, todos os sindicalistas portugueses, atentos à amplitude que o Movimento Sindical Unitário está a tomar em cada dia que passa, sintam a necessidade da urgente criação de novos quadros sindicais, que essa Escola de Formação Sindical vai poder formar, logo que existam as condições materiais para que a mesma possa começar a funcionar. E que, desta maneira, possamos lançar-nos, todos, em franca unidade e decisão, nesta Grande Campanha de Fundos, para que o Movimento Sindical Unitário possa cada vez ser mais forte e eficiente, de maneira a tornar a classe trabalhadora numa barreira intransponível, uma «muralla de aço», para o patronato reaccionário, ambicioso e criminoso.

Contratação colectiva

Assiste-se, neste momento, mercê conjugadamente do termo de urgência de várias convenções colectivas, do boicote patronal às negociações e da ineficácia dos vários ministérios na resolução dos conflitos laborais, a um período de intensa actividade contratual.

A fim de balizarmos, fundamentadamente, quer as razões do interesse, quer a expressão das divergências, em termos de reivindicação salarial, elaboramos o mapa (N.1) aqui junto reproduzido.

Ao analisarmos o que se passa actualmente na contratação colectiva, nomeadamente nos instrumentos de regulamentação de trabalho que abrangem maior número de trabalhadores, chegamos a uma mesma conclusão: boicote dos representantes do patronato às negociações, recusando-se, durante semanas a negociar com os mais absurdos pretextos e apresentando, por fim, contra-propostas salariais ridículas, aumentos salariais nas maiores empresas da ordem dos 4 e 5 contos, na tentativa de desmobilizar os trabalhadores da luta pelo seu contrato e, mesmo, de os aliciar a deixarem de estar sindicalizados.

Paralelamente, as promessas e os compromissos assumidos pelos sucessivos governos constitucionais, não têm sido cumpridos. Assim, no «Plano para 1977», elaborado pelo I Governo Constitucional, podia-se ler expressamente o seguinte: — «O Governo não sancionará... qualquer política de rendimentos que, de qualquer maneira, possa piorar a repartição funcional já existente». Isto em palavras mais claras significava que o I Governo Constitucional tomava o solene compromisso que a percentagem que as remunerações do trabalho representavam em 1976 no Rendimento Nacional não devia «piorar», ou seja, não devia diminuir nos anos seguintes.

No Programa do II Governo Constitucional, o aprovado maioritariamente pela Assembleia da República, existia o seguinte compromisso relativamente à política salarial: — «O Governo porá em prática uma política que procurará «a manutenção do poder de compra real dos trabalhadores» (pág. 29). Para isso, os

UM MILHÃO E 500 MIL TRABALHADORES EM LUTA PELA REVISÃO DOS SEUS CONTRATOS DE TRABALHO

Contratos Colectivos «deverão prever um ajustamento a meio da sua vigência que garanta à defesa do poder de compra dos trabalhadores contra imprevistas alterações significativas no ritmo de subida dos preços» (pág. 51).

Finalmente, no Programa do III Governo Constitucional, sobre o mesmo assunto, podia-se ler o seguinte: — «É firme propósito da política económica a seguir não deixar deteriorar os índices de salários reais existentes, travando a queda no poder de compra que se tem verificado, designadamente das classes de rendimentos mais débeis».

Em resumo, os programas dos três governos constitucionais eram pródigos em palavras, e em muitas promessas.

Mas qual é a realidade?
Segundo documentos oficiais (relatório do Banco de

Portugal), na repartição do rendimento Nacional cada vez é mais pequena a fatia que cabe a «ordenados e salários, remunerações das Forças Armadas e remunerações do pessoal civil do sector público»: 58,7% em 1976; 51,8% em 1977 e a previsão de menos para 1978. Em contrapartida, o rendimento de empresas e de propriedades dos particulares, aumentou 27,2% em 1976, e 39,1% em 1977. A mesma fonte mostra como têm crescido os salários reais em diversos ramos de actividade (Transportes, Agricultura, etc.). Podemos dizer, seguramente, que a grande maioria dos trabalhadores vive hoje pior do que vivia em 1976, dado que, desde aquele ano, o aumento do custo de vida tem sido sistematicamente superior ao aumento de salários. Este ano, enquanto

que a lei limita os aumentos salariais a 20% sobre os salários contratuais (mais baixos que os efectivamente praticados), o aumento do custo de vida atinge já os 20%, prevendo-se com o novo aumento da gasolina, uma nova alta geral de preços.

O Governo tem defendido as medidas de austeridade (para as massas trabalhadoras) como forma de conseguir equilibrar do ponto de vista económico, nosso país. Essa recuperação está a ser conseguida? Vejamos a evolução da situação económica:

Como se vê, a situação económica do País continua a agravar-se. Torna-se cada vez mais evidente a justeza da reivindicação do Movimento Sindical de «uma política diferente que, baseada no empenhamento dos trabalhadores e no aproveitamento das riquezas nacionais, defenda o poder de compra das massas populares, combata os despedimentos e o desemprego, promova o desenvolvimento económico, reduza o défice externo, consolide a democracia e a independência nacional e defenda a situação».

Sendo a contratação Colectiva um instrumento fundamental de defesa das condições de vida dos trabalhadores e das conquistas de Abril, é uma frente de luta em que a acção organizada do grande patronato mais se faz sentir no sentido de tentar dividir e enfraquecer as massas trabalhadoras organizadas nas suas associações de classe. Esse ataque é apenas uma faceta das investidas do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo contra a democracia, a liberdade e as conquistas de Abril.

Mesmo nas empresas nacionalizadas se observam, por vezes, comportamentos semelhantes. Por exemplo, os Conselhos de Gerência da

Mapa N.º 2

	1975	1976	1977
Balança de transacções correntes (1)	20866 (2)	37599	57214
Balança Comercial (3)	50146	78269	112028
Taxa de cobertura (3)	49,6%	41,9%	40,8%
Inflação (total a/habitação)	20,4%	18,5%	27,4%
Desemprego	336500	304000	455000

Fonte: Relatório do Banco de Portugal, 1977

(1) Em milhares de contos, (2) Relatório do B. Portugal, 1976, (3) Taxa de cobertura = Exportações/Importações x 100.

(4) Novo Índice de Preços do Consumidor, com base nos preços médios de 1976.

Mapa N.º 3

De Janeiro a Maio de 1978:	
Balança Comercial	-53 milhões de contos
Taxa de cobertura	42,6%

Sectores	N.º de Trabalh.	Data em que começaram a vigorar os salários	Aumento salarial reivindicado	Aumento do custo de vida desde (3)	A SITUAÇÃO ACTUAL
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Ind. Têxtil	280 000	1/1/77	27%	48,5%	Em fase de negociação directa
Const. Civil	200 000	1/1/77	27%	48,5%	Patronato recusou-se a negociar. O conflito foi resolvido por via administrativa. Esta-se a aguardar a publicação. O aumento salarial concedido foi de 16%.
Metalurgia	200 000	1/1/77	27%	48,5%	Passou à fase de conciliação por não ser possível chegar a acordo em negociações directas.
Madeiras	120 000	1/1/77	30% (15%)(a)	48,5%	A Associação da Ind. de Madeiras do Norte recusa-se a negociar por ter impugnado a PRT em vigor.
Função Pública	300 000	1/1/78	18%	30%(b)	Os trabalhadores fizeram propostas de aumentos salariais a contemplar no próximo OGE.
Ind. Química	40 000	1/4/77	28% (15%)(a)	40%	As negociações estão em impasse. O patronato quer dar apenas 7% sobre salários efectivos.
CTT	30.000	1/7/76	20%	61%	Desde há dois meses o CG mantém a proposta que fez inicialmente com pretos que tem mudado segundo as conveniências. Os representantes dos trabalhadores continuam a forçar a negociação.
Fab. Material Eléctrico	40 000	1/8/76	25%	58,9%	Em conciliação. Provou-se já a capacidade económica do sector mas o patronato recusa-se a alterar as suas posições.
Panificação	28 000	1/3/77	29%	44,5%	O patronato quis garantir o aumento do pão antes de fazer contra-proposta para salários. Conflito a ser resolvido pela via administrativa.

(a) Salários efectivamente praticados
(b) Previsão até 31/12/78

Centralcor e da Unicer (as empresas nacionalizadas do sector cervejeiro), tem-se recusado a negociar o ACT enquanto o Ministério da Indústria não aprovar os chamados «Planos de Viabilização» que elaboraram à rebelia dos trabalhadores. Numa das últimas reuniões realizadas com a Comissão Sindical Negociadora, o eng.º Marquês de Carvalho presidente do conselho de gerência da Centralcor, teve mesmo o descaramento de afirmar que o que deviam fazer os sindicatos era dirigirem-se ao Ministério, a fim de pressionarem este a aprovar com rapidez aqueles planos. E isto quando a aplicação daqueles Planos de Viabilização poderá determinar o despedimento de 350 trabalhadores na Centralcor, e de mais de 200 na Unicer.

Mas a resposta dos trabalhadores é firme. Apoiada nas suas organizações de classe, os trabalhadores da panificação, da metalurgia, dos fabricantes de material eléctrico, da indústria química, das cervejas, dos CTT, da indústria vidreira etc. etc. - obrigam o



patronato a recuar e o Governo a tomar medidas de acordo com os legítimos interesses das classes trabalhadoras.

Perante o boicote e a sabotagem do patronato, as lutas dos trabalhadores intensificam-se na defesa dos seus legítimos interesses.

E a justiça de tais lutas ainda se torna mais clara, se se tiver presente que os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores são sobre salários contratuais (os constantes dos CCT e PRT) que, como se sabe, são, na sua maioria, inferiores àqueles que as empresas já estão a pagar. Por isso, os aumentos de salários que são efectivamente reivindicados pelos trabalhadores são inferiores aos referidos atros.

Com a serenidade e a lucidez que a justiça das suas posições lhes dá, certos da solidariedade de todos aqueles que não estão directamente envolvidos na luta, os trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva em revisão, mantêm-se firmemente dispostos a lutar e a vencer.

AGORA
em português

CIÊNCIAS SOCIAIS



edições
trimestrais

Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.

NESTE NÚMERO
Entre outros artigos pode ler

- Ponomarev
- O significado histórico-mundial da Grande Revolução Socialista de Outubro
- P. Fedotkin
- O problema do social e do biológico na física e na sociologia
- V. Zagladina, I. Frolov
- Programas globais de actualidade
- N. Efremov
- A revolução de 1910 em Portugal
- B. Galanter
- Alguns aspectos da via não capitalista de desenvolvimento

CD... a distribuição

Leia todos os meses a revista da FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL



Publicada
em dez línguas
e agora também
em português,
por

EDISOL

EDIÇÕES
SOLIDARIEDADE LDA.

Vai aparecer em Dezembro de 1978
NATAIS DE EXÍLIO
por A. Vicente Campinas

Com uma "CARTA DE NATAL PARA
OS PRISIONEIROS DO 25 DE NOVEMBRO"

Preço de cada exemplar: 100\$00

Preço especial para Sindicatos

Pedidos para a Caixa Postal n.º 2740 — Lisboa 2

Democratização do poder judicial

Tendo tido conhecimento de um Comunicado à Imprensa emanado pelo Sindicato do Ministério Público, e por acharmos o mesmo digno da maior atenção dos trabalhadores portugueses, a seguir o transcrevemos na íntegra:

«No início de um ano judicial, em que novas leis de organização judiciária, em cumprimento de imperativos constitucionais, procuram adaptar a administração da justiça às novas realidades económico-sociais surgidas após o 25 de Abril, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público denuncia, desde já, a campanha que vem sendo desenvolvida contra o novo trajeto jurídico do poder judicial.

Sem embargo das críticas que algumas disposições merecem deste Sindicato e que resultaram da rejeição das alternativas por ele oportunamente propostas, em particular no respeitante ao MPA defesa dos interesses privados da administração, conferem ao procurador-geral da República extensos poderes de direcção, em detrimento do Conselho Superior do Ministério Público, cerceiam parcialmente a actividade política dos magistrados, estabelecem promoções por mérito e, em geral, todas as que conduzem, inevitavelmente, ao envelhecimento dos quadros. O SMMP, ciente dos compromissos político-partidários que enformam as novas leis, reconhece nelas a consagração de relevantes conquistas que importa defender.

Assim, a abolição das classes; a separação e equiparação das carreiras do MPE da magistratura judicial; a independência, embora limitada, do MP relativamente ao executivo; a melhoria das condições económicas dos magistrados; a criação do centro de estudos judiciários; a abertura do Conselho Superior da magistratura, maioritariamente electivo, a repre-

sentantes da Assembleia da República; a instituição de juizes sociais, são, designadamente, passos relevantes no sentido da superação da crise que, de há muito, atravessa a instituição judiciária.

Tal superação, no quadro actual da sociedade portuguesa, só poderá conseguir-se estabelecendo a confiança das populações no poder judicial como suporte de uma justiça verdadeiramente democrática.

Descodificação da linguagem elitista, contradição do interior do poder judicial, interrogação permanente sobre a justiça que se pratica, são condições necessárias, ainda que não suficientes, para que, da ficção jurídica de administração justa «em nome do povo», os tribunais se transformem em órgãos onde esse mesmo povo se reconheça.

A contestação das novas leis, no momento e da forma em que é feita, só pode significar a pretensão de reconstruir o abalado edifício de um poder judicial fatalmente neutral, guardião de privilégios, e distanciado do povo que constitucionalmente deve legitimar o seu exercício da soberania.

Nesta contestação, o SMMP não deixará de responsabilizar aqueles que, por reivindicações corporativistas ou perspectivas retrogradadas de classe, visem impedir a consecução das tarefas fundamentais que ao estado impõe a Constituição da República.»

Função Pública do Sul Cooperativa de Consumo

Abriu, no passado dia 13 de Outubro, a Cooperativa de Consumo dos sócios do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul.

Com esta iniciativa, cumpre-se mais um dos pontos do Programa da Acção

Para começar, a FPCOOP conta com bacalhau e peixe congelado fornecidos semanalmente pela Comissão Reguladora do Comércio do Ba-

MORREU UM PIONEIRO DA REFORMA AGRÁRIA

Faleceu, na madrugada de 25 de Outubro, o eng.º agrónomo Júlio da Silva Martins, que foi um precursor da Reforma Agrária, tendo sido um dos mais dinâmicos fundadores da CRARA (Associação de apoio à Reforma Agrária).

Antifascista desde a juventude, sofreu doze anos e meio de prisão nas masmorras da PIDE/DGS.



O eng.º Júlio da Silva Martins pôs todos os seus conhecimentos (que eram grandes) ao serviço da luta dos trabalhadores do campo na defesa da Reforma Agrária. A sua firmeza de acção, apoiada por uma inteligência invulgar e um trato humano dos mais fraternos, deram-lhe um lugar de destaque na luta que continuamos a travar pela construção de uma sociedade mais justa, uma sociedade de Liberdade e Prosperidade, a caminho do socialismo, para o povo português.

«Alavanca» apresenta sentidos péssimos à família enlutada.

calhou. Também a carne, de boa qualidade, será vendida a um preço inferior (10por cento) que o preço do comércio corrente. Produtos Nestlé, bebidas correntes e finas, bolachas, mercearias, detergentes serão fornecidos muito aquém dos normalmente pagos ao abrigo do Cabaz de Compras.

Dentro dos princípios que norteiam a cooperativa, serão estabelecidos contactos com a zona da Reforma Agrária.

Retira-se, por último, que a FPCOOP está situada na Av. Miguel Bombarda 91-A e abre diariamente nos dias úteis das 10.00h. às 14.00h. e das 16.00h. às 20.00h. Ao sábado está aberta das 9.00h. às 13.00h.

CGTP-IN repudia Projecto-de-Lei 109/1

A CGTP-IN ao abrigo do disposto nos Art.ºs 56.º, d) e 58.º n.º 2) da Constituição da República, repudia veementemente o Projecto de Lei 109/1, pelo seu carácter inconstitucional, restritivo dum dos direitos fundamentais das classes trabalhadoras e repressivo do exercício desse direito.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional considera, em síntese que «não é só a Constituição da República que é violada frontalmente, é também a Lei da Greve que é afastada arbitrariamente, sob pretexto de «adaptá-la» aos trabalhadores da Função Pública, quando é certo que, por outro lado, não são contemplados no projecto de lei os trabalhadores da Administração Regional e Local».

Manifestação de solidariedade

Durante o Plenário Nacional da CGTP-IN efectuado em 23 de Setembro de 1978 foi apresentada a seguinte Moção, a qual foi aprovada por aclamação e unanimidade:

«O Plenário Nacional da CGTP-IN, consciente da ofen-

O Movimento Sindical Brasileiro está de luto, Roberto Morena um dos mais genuínos dirigentes sindicais do país irmão tombou para a luta. O seu exemplo, a sua perseverança e dedicação aos ideais do proletariado brasileiro serão uma mensagem para as gerações vindouras. Nascido no Rio de Janeiro em 1902, Roberto Morena, marceneiro de profissão, viria a ser um dos dirigentes que, com o seu labor, ajudara a forjar o sindicalismo brasileiro e gerações inteiras de jovens operários. Sempre na primeira linha da luta proletária R. Morena combate em Espanha nas Brigadas Inter-

nacionais lado a lado com a República Espanhola.

Dirigente sindical, deputado, homem público, R. Morena foi sempre um homem simples, modesto, leal.

Para os que tiveram a felicidade de o conhecer, R. Morena era um jovem na sua idade avançada. Grande amigo da nossa Pátria, da CGTP-IN, Morena veio ao nosso país, após o 25 de Abril, «aprender com os portugueses» como ele disse na altura.

Até sempre Roberto Morena. No Brasil e em toda a parte, continuaremos a tua obra e o combate que nunca cessaste de travar.

siva que o patronato reacção vem desenvolvendo contra os direitos dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, que recaem sobretudo na repressão sobre os trabalhadores mais destacados, sobre os delegados e dirigentes sindicais, denuncia a criminosa agressão e

tentativa de assassinato de que foi vítima o camarada Alexandre, dirigente do Sindicato Têxtil do Porto, por parte do patrão da Fábrica de Figueiras - Clotex - alguns dias depois de sua intervenção na empresa para defender os direitos e interesses dos trabalhadores daquela empresa

e manifesta a sua inteira solidariedade ao camarada Alexandre e ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Porto».

Desmentido

Em relação ao telex n.º 163 de 11 de Outubro, difundido pela France Presse, citando a Agência Oficial Egípcia, segundo o qual a candidatura do Presidente ANWAR EL SADAT ao Prémio Nobel da Paz, para 1978, foi proposta, entre outros, pelos dirigentes sindicais de Portugal, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, única Central Sindical Portuguesa existente e internacionalmente reconhecida, desmente, formal e categoricamente, que tenha participado nessa iniciativa ou, sequer, dela tenha tido conhecimento.

Tal atitude seria, de resto, absurda - tanto mais que, em relação ao problema do Médio Oriente, a CGTP-IN sempre afirmou o seu apoio à resolução global das questões «urgidas com a ocupação ilegítima e violenta de territórios árabes por parte de Israel; o seu apoio à aplicação das resoluções das Nações Unidas sobre a matéria; defendendo, ainda, o direito inalienável do Povo Palestino a ocupar o seu território pátrio.

O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos - MURPI - é unitário e independente em relação ao Estado e organizações políticas e religiosas. Orienta-se por princípios democráticos, na defesa da Constituição e dos direitos e interesses dos reformados, pensionistas e idosos, e luta pela unidade entre todos os trabalhadores no passivo e entre estes e os do activo, fundamentando a sua acção no princípio da solidariedade nacional que procura desenvolver.

Não vamos falar nas gravíssimas dificuldades resultantes de pensões de miséria, de carências habitacionais e da precária assistência médica e da inexistência de Centros de Dia e de Lares para idosos e inválidos sem família. Isto é demasiado conhecido de todos os trabalhadores, pois todos terão algúem na família que é inválido, idoso ou viúva.

Vamos antes lembrar que a actual situação dos inválidos (por doença, acidente de trabalho ou de outra espécie) será a situação de miséria, de abandono, de marginalização que os trabalhadores do activo encontrarão amanhã quando passarem ao passivo.

Pensar-se que estamos novos, longe da idade da reforma, é esquecer que a invalidez não espereitadas - é a doença, o acidente de viação, de trabalho ou outro, que

O MURPI LEMBRA... A INVALIDEZ NÃO ESPREITA IDADES

nos espereita a todo o momento.

É por isto que os reformados e idosos proclamam que a sua luta é a luta pelo futuro dos seus filhos e netos, que a sua luta é a luta dos trabalhadores do activo, pois a triste situação em que vivem as viúvas, os inválidos e os idosos no último quartel da vida, será aquela que encontrarão quando passarem ao passivo, se entretanto não forem modificados os inúmeros aspectos que a condicionam.

É a legislação da Previdência, que vem do fascismo, é o sistema de financiamento do regime de protecção social que, como vem sendo feito, cal totalmente sobre os trabalhadores, pois os patrões transferem a sua parte para o custo do

produto, é a não participação das organizações dos trabalhadores na elaboração das leis de segurança social e na gestão das instituições de previdência; é o facto dos acidentes de trabalho continuarem a ser explorados comercialmente em vez de serem tratados como um ramo da segurança social, a lei que os rege que, seja qual for o salário do sinistrado, limita os seus benefícios - subsídios e pensões - ao valor percentual na base de um salário fixo e muito inferior ao salário real; é a morosidade na criação de formas adequadas - pré-reforma ou redução do período de trabalho a partir de certa idade, sem redução do vencimento - para a preparação da passagem da situação activa para o «vazio» da desocupação,

passagem que, sem preparação, é um traumatismo de graves consequências que nós, os do passivo, já sentimos, levando a um sentimento de inutilidade, e mesmo, em muitos casos, a morte a curto prazo, quando não se tem a possibilidade, ou não se sabe, ocupar os tempos livres.

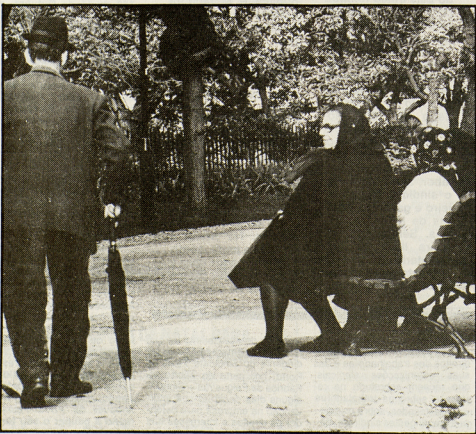
És alguns pontos do máximo interesse para todos os trabalhadores, aos quais, com a experiência que nós do passivo acumulamos, lembramos a necessidade de se ocuparem imediatamente, de modo torem conhecimento das actuais leis, estudarem formas adequadas para vencerem os inconvenientes, analisarem mesmo os sistemas de segurança social adoptados noutros países. Se não fizerem em tempo oportuno, se não aproveitarem a liberdade de que dispõem para discutirem os seus problemas em comum, liberdade que nos foi negada pelo fascismo, não se admirem por amanhã terem os seus interesses regidos por uma legislação que não é a que desejam mas a dos técnicos previdenciários.

Os idosos, em particular, são vítimas de uma marginalização injusta e estúpida que amanhã atingirá muitos dos que a praticam. A marginalização vem dos governantes através da falta de medidas sociais que a combatam, mesmo de disposições que a agravam; vem da população em geral, e, em muitos casos, mesmo de familiares, por falta de educação ou por falta de recursos para auxiliarem os idosos sem meios suficientes, e que o Estado continua a considerar como dependentes da família, em vez de lhes fornecer o mínimo de subsistência a que têm direito.

Este é um problema que carece de muita meditação e em que cada um deve verificar em quanto contribua para a marginalização dos seus idosos, e destes em geral, em que medida esta se pode verificar no seu agregado familiar, por irreverência dos mais jovens, e lutar em conjunto por uma sociedade mais justa, mais respeitadora dos direitos e das características dos mais velhos e das crianças que, também, tanto são esquecidas nas sociedades injustas e individualistas que se regem pela exploração do homem pelo homem.

Os trabalhadores têm, em todos os campos, uma grande acção a desenvolver pelo seu futuro. Tudo está por concluir, e não podem esquecer por um único momento os seus interesses de classe, nada os deverá distrair ou dividir, de outro modo correm o mesmo risco que os actuais trabalhadores no passivo - a exploração e a miséria.

O MURPI conta também com o teu apoio, tanto directo, como no esclarecimento e dinamização dos mais velhos para o seu interesse pelas organizações de reformados





Artes Plásticas

Exigir de um Governo burguês, comprometido até à subserviência com o imperialismo americano e os seus congéneres europeus, que desenvolvesse um projecto cultural polivalente e democrático, possibilitando a todas as regiões do País a criação e fruição de actividades culturais e artísticas com vista a elevar a qualidade da vida das populações — é pura ingenuidade.

Esperar de um tal Governo que assumia a responsabilidade de declarar a Cultura um serviço público, (liberto da inflexibilidade das leis da economia de mercado capitalista que a transformam em

UM FACTOR DE UNIDADE



Willi Sitte, pintor e Presidente da União dos Artistas Plásticos da RDA trabalhando no seu famoso triptico em que denuncia os crimes do nazismo, o genocídio americano no Vietnã e o terror fascista da ditadura de Pinochet

produto apenas acessível a alguns) ou que aos produtores da cultura confira estatuto de utilidade so-

cial, em pé de igualdade com todos os outros trabalhadores, fornecendo-lhes os meios para o desen-

volvimento das suas pesquisas e aplicação consciente da sua prática — é subestimar o empenhamento defensivo da grande burguesia face à luta que conduzirá inevitavelmente os trabalhadores ao Poder.

Deve então a classe trabalhadora renunciar (temporariamente embora) à arma cultural, extraordinário veículo de unidade e tomada de consciência dos explorados, visto que o Poder instituído a subtrai ao seu usufruto?

Ou competirá à CGTP, como representante legítima da imensa maioria desses trabalhadores, a iniciativa de organizar, em colaboração com os agentes dos vários ramos da Cultura, um plano das actividades culturais possíveis que seja também um factor de esclarecimento político e unidade na luta quotidiana contra as investidas da reacção?

Luis Suarez

Cinema

Quando iniciámos a nossa colaboração nesta secção de cinema de «Avançar» afirmámos não ser nosso propósito exclusivo fazer crítica de filmes. Mas também dissemos que o faríamos, sempre que determinadas circunstâncias o justificassem. Cremos ser o caso do filme português de Luis Galvão Teles, «A Confederação», agora em exibição. E isto porque «A Confederação» pretende falar da Revolução do 25 de Abril, do povo português e nomeadamente dos trabalhadores.

Vários quadrantes da crítica têm apelidado o filme de polémico, de corajosamente político, de memória desencantada de uma revolução que não foi, etc., etc. Admite-se a confusão política do filme (que não é tão inocente como se pretende fazer crer), mas evita-se a desmontagem, em termos ideológicos, dos princípios que presidem a essa

A "CONFEDERAÇÃO": EQUIVOCO E MISTIFICAÇÃO DE UM FILME

confusão política (e também artística).

«A Confederação» pretende ser um filme de antecipação política e científica. Mas, fazer uma obra de antecipação é sempre, em si, um processo contraditório. Sobretudo, quando se pretende fazer antecipação política. Prever o sentido da História, independentemente do trajecto criativo da luta de classes, que se insere, em cada momento, num processo concreto da realidade objectiva, **sempre em modifi-**

cação é, digamos, uma lotaria. Por isso, quando um autor de filmes ou de romances, procura fazer futurologia política, ele não poderá subtrair-se à realidade histórica do presente mediado em que vive. E muito menos poderá subtrair-se à sua opção ideológica de estar objectiva ou subjectivamente do lado de uma ou de outra classe. Quando um autor procura fazer uma obra de antecipação o que ele pretende na realidade é intervir de uma maneira crítica (muitas vezes

disfarçada) em relação a uma determinada realidade do presente.

Só que essa intervenção crítica pode assumir um discurso equívoco e mistificador. Assim acontece com «A Confederação». Vejamos como equívoco e mistificação se articulam habilmente em «A Confederação».

Logo no início do filme, ainda sem um conhecimento claro do que é a Confederação, mas já em contacto com um universo de vigilância e repressão, nós ouvimos um trabalhador dizer: «A classe operária não deixará de lutar contra este novo fascismo». Que fascismo é este? O fascismo resultante do rearrumamento das forças fascistas do passado, ainda não desarticuladas? Não. É naturalmente o fascismo da imaginação e imaginada Confederação. E o que é a Confederação? Saberemos adiante que é uma associação de Estados, dos quais Portugal faz parte (este, por sua vez, possivelmente confederado em estados

Teatro

O nosso festival está em marcha, com êxito.

São bastantes as criações colectivas o que demonstra a necessidade, dos nossos camaradas, de encontrar textos que sirvam a realidade em que vivem o dia-a-dia. Enquanto nos batemos nesta frente contra o obscurantismo cultural em que as forças de direita tanto gostam e desejam ver o nosso povo, estas mesmas forças, sob o manto do demitido Governo do sr. Nobre, atacam a Reforma Agrária, as empresas intervencionadas, a banca. Ai os trabalhadores atentos erguem-se contra a repressão brutal da GNR, contra os lacaios do imperialismo que defendem os interesses da recuperação capitalista e contra aqueles que tentam espezinhar os trabalhadores e desvia-los das suas tarefas imediatas e inadiáveis.

Os tempos são outros meus senhores!

Aprendemos muito sob o fascismo, muito durante estes anos de liberdade no confronto diário da luta de classes. Sabemos o que queremos e para onde vamos.

É preciso, é urgente mostrar uns aos outros os ensinamentos que colhem nessas lutas. É preciso teatralizar as lutas dos trabalhadores!

Mãos à obra companheiros!

Passo agora a transcrever um texto de um grupo de teatro do concelho de Ton-

POR UM TEATRO AO SERVIÇO DO POVO



Cerca de 200 elementos da GNR, com blindados e cães-polícia, ocuparam ontem a sede social da UCP «Estrela Negra» e controlaram o trânsito de pessoas e viaturas na vila de Souzei... É preciso, é urgente teatralizar a luta dos trabalhadores alienados, de todos os trabalhadores na defesa das suas conquistas.

dela, distrito de Viseu.

Não os conheço, nunca os vi representar. Acho importante divulgar este manifesto do GRUPO DE TEATRO AMADOR «TRIGO LIMPO» (31/8/77).

Nós somos o grupo de teatro amador «TRIGO LIMPO», formado em 5 de Setembro de 1976... Várias questões importantes se impuseram no período de formação do grupo, tais como a definição de objectivos, que peça ou peças iríamos representar, funcionamento interno, em resumo, que teatro iríamos fazer, como e para quem, e a sua maneira de reflectir os problemas das pessoas que nós iriam ver actuar. Quanto a objectivos... fazer sentir às

pessoas a necessidade de estarem organizados para resolverem os seus problemas.

Quanto ao problema das peças, verificamos o seguinte: que há muitas e de variados autores, mas achamos que elas não se relacionam com os problemas que sentimos na nossa região. De maneira que achamos mais importante e válido, de acordo com os nossos objectivos, escrevermos nós a peça que tratasse de uma maneira o mais claro possível, o dia-a-dia, vivido pelas nossas populações, porque assim motivamos mais as pessoas a ir ao teatro, a compreendê-lo, e a discuti-lo, pois este fala directamente dos problemas e anseios da nossa terra.

...Um dos motivos da nossa escolha ao nível de peças é a de não alinharmos em teatro, tipo comédias, dramas, em cheados de sentimentalismos ou amores cruéis ou passionais, porque achamos que tal tipo de teatro, afasta as pessoas dos seus problemas e as desvia, em lugar de se preparar e organizar para resolverem esses mesmos problemas...

Todos os problemas que se levantam são discutidos por todos nós até se chegar a uma conclusão sendo esta aplicada a todo o grupo. Não temos «cabecas iluminadas» ou «chefes» todos nós participamos em todos os trabalhos...

Fazemos um apelo a todos os grupos de teatro e a todos os trabalhadores para que sigam o nosso exemplo e se dediquem com todas as suas forças para o esclarecimento das pessoas e a sua organização face aos seus problemas, pois só com a unidade e luta de todos nós é que conseguiremos melhorar a nossa vida e construir uma verdadeira Cultura Popular...»

Aqui fica o apelo.

TEATRO

A NÃO PERDER:

ADÓQUE: «Fardos e Guitarradas»
BARRACA: «Barraca 76/78» (retrospectiva de 2 anos de trabalho)
CAMPOLIDE: «Aventuras de Till»
VASCO SANTANA: «Peçado de Salote»
Manuel Marcelino

do Norte e do Sul). E saberemos, ainda mais adiante, na evidente sugestão da cena de televisão com os dois locutores, que quem controla a Confederação a nível mundial são, nada mais nada menos, os Estados Unidos e a União Soviética. Não é isto um equívoco, insistir numa tão desacreditada teoria dos dois imperialismos? Porque desviar a atenção do fascismo que efectivamente existe e que é um prolongamento do fascismo que efectivamente foi? E não satiaz o alibi de nos desenvolverem uma

imagem ridicularizada do fascismo, como a da cena em que os miúdos fardados cantam o hino da Mocidade Portuguesa sob os ordens de António, presumível futuro tenente das milícias da Confederação. Cena que carrega de ambiguidade a personagem, porque, não sabemos em que medida ela é tão só um produto da imaginação de António que se idealiza como dirigente da Mocidade Portuguesa, ou se efectivamente se trata de uma recordação do seu passado enquanto está no quarto do Hotel da Graça, com Maria, ao mesmo tempo que faz amor com

ela e debita opiniões sobre a luta de classes.

É neste ambiente de universo fechado onde os dois amantes se encontram, sonhando, recordando o passado e imaginando o futuro, que se evidencia, quanto a nós, uma das maiores contradições do filme enquanto criação artística: as recordações feitas a partir do uso e abuso de imagens de actualidade do período da revolução, que, na maioria dos casos, isolados do seu contexto perdem o seu significado (por exemplo a grande manifestação de massas de 16 de Novembro de 1975) ou ganham um signifi-

cado gratuito (por exemplo a oposição sugerida entre o juramento de bandeira dos soldados comandados e o juramento de bandeira dos soldados do Rali).

Diremos ainda que o excessivo uso da montagem de actualidades, inseridas quase sempre arbitrariamente na sequência do filme, servem para mascarar habilmente as deficiências de articulação da história forçosamente incoerente.

E se tal facto confere algum fascínio ao filme não lhe favorece a clareza («Não percebo nada, mas estou a gostar», diria a res-

Desporto

Ouvimos o ten.-cor. Rodolfo Begonha (actual secretário de Estado da Juventude e Desporto) a enumerar vários países onde a prática do «desporto-manutenção» atingiu níveis elevados de participação (Suíça, Estados Unidos, ...) e referir-se às Espartaquíadas assim como ... a uma coisa, «ligada ao desporto para todos» (que o não é exactamente...), ignorando que nelas participam, ao longo de cada dois anos, centenas de milhares de jovens da RDA.

Sentimos um calafrio quando Fernando Ferreira (lamentavelmente) chegou à conclusão que «desporto é competição» (?) para o qual pode concorrer a maioria (?) da população deste País, segundo ele, «com tempos livres suficientes», já que «bem os vê nas sessões de cinema à meia-noite e nas pastelarias da Avenida de Roma» (!?).

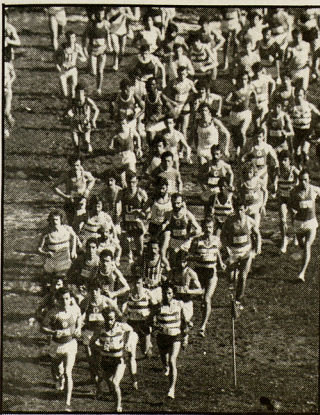
Confundindo um pouco mais a confusão já gerada, o jornalista de «A Luta» acabou por considerar que «a Imprensa pouco poderá mobilizar no sentido do desporto para todos», circunscrevendo-o «apenas a um público muito restrito (áreas urbanas, funcionários públicos, quadros)».

Perante estas afirmações, importa recordar que a Imprensa desportiva (aquela que mais espaço deveria conceder ao desporto de massas é a mais lida no Portugal «ainda de hoje», chegando a ter maior penetração, em áreas consideradas difíceis para a informação, que a esmagadora maioria dos matutinos ou vespertinos. Saliente-se ainda, a propósito dos estratos so-

E DEPOIS DO "FORUM" ... A DEMOCRATIZAÇÃO DESPORTIVA QUE SE (NÃO) VÊ NA TV

Assistimos há alguns dias, na RTP, a um programa «Forum» dedicado, segundo o anúncio prévio, ao «Desporto para todos»...

Em boa verdade foi um excelente exercício para que quase todos os que nele intervieram, dissessem muitas asneiras, deliberadamente ou não!



cio-profissionais abrangidos e das zonas geográficas activadas, as centenas de experiências vividas pelas populações das entre-faldas mais distantes, de Trás-os-Montes ao Algarve, num período em que as sementes da Revolução, lançadas à terra, começaram a germinar. Vi «claramente visto» como (já não) diria o poeta, se fosse vivo lá para as bandas de Chaves e de Vila Real, (lá onde os jornais desportivos também são lidos) «sovilantes» construídos pela vontade do povo que acordava dum pesadelo; campos de jogos escavados na encosta abrupta, pela força humana; equipas de ciclismo, campeões regionais, pedalando em «pasteleiras», lá, onde a habitação do homem é partilhada com o gado... Vi centenas e centenas de miúdos correndo aldeias e vilas em circuito, denunciando a alegria de «um desporto são, em corpo são».

E tudo isto eu não posso esquecer...

Apesar de «não ser político», segundo as suas próprias palavras, o doutor Rafael Claro teve o feliz desassombro de frisar bem, que «os que estão por sistema nas grandes avenidas ou nas sessões da meia-noite, não são os trabalhadores de Portugal, aqueles que mais importa captar para a prática desportiva»...

(Saber distinguir as massas trabalhadoras deste País e afirmá-lo, é já um acto profundamente político).

... Mas, como chegou a ser ventilado, o mais grave na sociedade portuguesa (e é isso tem a ver com a sua estrutura), é que a população trabalhadora não tem tempos livres, sequer, para ir ao cinema (já para não falar no poder de compra...).

peito do filme um espectador entretido para um programa de cinema da R.T.P.).

A verdade é que o filme passa todo o tempo a falar dos trabalhadores. «Eu vi este povo a lutar para a sua exploração acabar» diz a letra de uma das canções do filme. Mas, quando se trata de recordar a revolução através das lutas dos trabalhadores, Galvão Teles limita-se a destacar com insistência o episódio da Rádio Renascença. Não é isto uma mistificação? Será que os trabalhadores portugueses não se comportaram de modo exaltante e contraditório de após

o 25 de Abril não conduziram lutas bem mais significativas e decisivas? A reflexão, amargurada e desencantada, sobre as esperanças que o 25 de Abril abriu, que o filme de Galvão Teles pretende ser, porque equívoca, não favorece a causa dos trabalhadores.

Quanto à visão, proposta pelo filme, de um mundo omnipotentemente controlado pelas forças armadas, como se estas constituíssem uma entidade de poderes ilimitados, situando-se acima da sociedade, não deixa de ser um outro equívoco. Sem menosprezar o facto de que as for-

ças armadas podem ser o suporte repressivo das classes exploradoras, é bom não esquecer, que a natureza e o alcance da sua intervenção reflecte a correlação de forças da sociedade civil. Sobre este aspecto «A Confederação» não faz mais do que confundir.

O povo é que faz a História. Eis a frase que se inscreve no final do filme. Pena é que o filme não se tivesse empenhado em aclarar esta elementar verdade. Na contradição, com avanços e recuos o povo é que faz a História.

«A Confederação» filme de he-

terogéneas influências, que vão de Godard a Glauber Rocha e Sanjines passando por Fellini, aspira a uma imagem internacional. Galardoado com o Grande Prémio do Festival Internacional da Figueira da Foz de 1977, beneficiou de um lançamento comercial invulgar (com largo apoio na rádio e na televisão) comparável aos dos grandes filmes estrangeiros. Outros filmes portugueses recentes, de mérito, como por exemplo «Ruínas no Interior» e «Verdades» não tiveram essa sorte. Porquê?

DAVID LOPES

► Findo o programa, algumas questões fundamentais se nos colocaram de imediato:

— Será que naquele «bate-papo» terão estado os elementos mais indicados para esclarecer e informar o telespectador das do que existe por esse mundo fora, em democratização desportiva, em desporto de massas?...

— Será que aquelas figuras terão sido (ou serão) os que mais se interessaram e fizeram (ocupando ou não, cargos, mais ou menos responsáveis) em prol do tema que usaram ali, publicamente «arranhar»?...

— Será que ignoraram aqueles que, na SEJD ou na OGD, foram os obreiros de uma política estruturada para um desporto popular em Portugal, à luz de uma Constituição que o consagra como tal, no caminho para o Socialismo?...

— Porque não quiseram ouvir alguns dos ex-responsáveis do INATEL, pelas iniciativas de desenvolvimento do verdadeiro «desporto de trabalhadores»?...

— Onde estiveram os dirigentes sindicais, os órgãos representativos dos trabalhadores, os técnicos ou os jornalistas que efectivamente viveram tais experiências ou que têm procurado, pela sua pena, mobilizar camadas cada vez mais vastas de praticantes e leitores?...

Decerto que esses não teriam caído na discussão quase estéril e «confusa» com que o cidadão pouco ou nada beneficiou.

Ah, mas a osses não mos deixaram ouvir...

(«Cortaram as asas ao rouxinol...»)

E isso — também — nós não podemos esquecer.

Alvaro Esteves

PUB

XADREZ

À VENDA NAS POPULARES LIVRARIAS

- ABC DO XADREZ
- APRENDO A JOGAR XADREZ
- O MEU PRIMEIRO LIVRO DE XADREZ
- XADREZ
- FUNDAMENTO DO XADREZ
- A ABERTURA NO JOGO DE XADREZ
- XADREZ TEORIA DO MEIO JOGO
- TEORIAS FINAIS PARTIDA FISHER-SPASKY

Brevemente também à venda jogos de xadrez



A SOLIDARIEDADE IMPEDIU MAIS UM CRIME

TUNIS. O processo que o regime de H. Bourguiba e o PSD — Partido Socialista Destouriano — instauraram a 30 dirigentes e militantes sindicais chegou ao seu termo. Não satisfeito com o sangue que derramou após o massacre de 26 de Janeiro último em que centenas de trabalhadores foram assassinados, o regime bourguibiano preparava nova hecatombe.

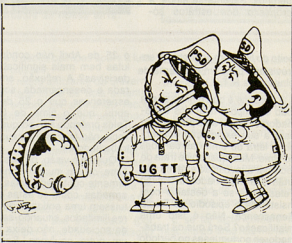
Após um processo todo forjado (nenhuma prova foi avançada contra os acusados, exceptuadas as chamadas razões de Estado) a sentença na sua dureza parece bastante moderada, perante o requeritório do Ministério Público que exigiu a pena de morte. H. Achour, secretário-geral da UGTT e membro do Bureau político do PSD, e 29 outros altos dirigentes da Central Sindical Tunisina foram condenados sem que o Ministério Público de Tunis, que se limitou a desenvolver as teses contidas no «livro azul» publicado pelo PSD, tivesse modificado o seu requeritório. A uma da manhã o tribunal tornou público o veredicto após 8 dias de processo em que diversos sindicalistas denunciaram e mostraram ao Tribunal as torturas de que foram vítimas, algumas delas provocadas por choques eléctricos.

Um dos advogados de defesa por alegada falta de respeito ao tribunal foi suspenso por dois anos do exercício da profissão e expulso da ordem dos advogados.

A luta dos democratas tunisinos e a solidariedade internacional que conseguiram impedir a condenação à morte de Habib Achour e restantes sindicalistas que chegara a ser requerida pelo representante do Ministério Público, prosseguirá até à libertação de Habib Achour, Ghoral, Keiredine Salthi, Hassen Masmodi e todos os outros sindicalistas.


Como se pode ler num comunicado tornado público a CGTP-IN telegrafou à OIT, pedindo a intervenção pessoal de Mr. Francis Blanchard, director-geral daquela organização afim de arrancar H. Achour e todos os presos políticos das garras de H. Bourguiba e seus sequazes.

Desde há muito que as forças progressistas da Tunísia alertavam a opinião pública sobre o verdadeiro carácter do regime que H. Bourguiba chefiava e que era tido como o mais pró-occidental de entre os países árabes.



O Partido Socialista Destouriano muda a «cabeça» da UGTT (de Aïme-Abbe)

Edições **alavanca** CGTP-IN



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES INTERSINDICAL NACIONAL

DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

1. MANIFESTO
2. CADERNO REINDICATIVO
3. RESOLUÇÃO

01/ DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO

Manifesto, Caderno Reindicativo, Resolução - Preço 2850



FORMAÇÃO SINDICAL

1ª EDIÇÃO

INTER SINDICAL

02/ FORMAÇÃO SINDICAL

1ª edição 6 tomos para estudo, com 130 pág. ... Preço 10800



DIÁZ DA CGTP INTERSINDICAL NACIONAL

CGTP INTERSINDICAL

ANTOLOGIA GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES INTERSINDICAL NACIONAL

03/ POSTER

Poste: com hino de CGTP-IN 2400



CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

INTER SINDICAL NACIONAL

PROGRAMA DE ACÇÃO

APROVADO PELA COMISSÃO DE TRIBUTOS E FISCALIDADE

Realizado em 21, 28, 29 e 30 de Julho 77

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

1/ PROGRAMA DE ACÇÃO

Aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos ... Preço 7850



contratação colectiva

e política de salários

2/ CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLITICA DE SALÁRIOS

Um volume cartonado, com 250 págs. ... Preço 60800



SE O PACOTE 2 FOR APLICADO...

3ª edição

3/ SE O PACOTE 2 FOR APLICADO

2.ª EDIÇÃO ... Preço 15800



LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS

4/ LIBERDADE E DIREITOS SINDICAIS

Lei 51 indicial começa aqui. Projectos: CGTP-IN, PPD/PSD, PCP, Decreto-Lei 215-B/75, Títulos da Constituição e da Convenção 96 OIT ... Preço 30800



POSIÇÃO DA CGTP-INTERSINDICAL

face à situação Social e Política e medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores

5/ POSIÇÃO DA CGTP-IN FACE A SITUAÇÃO SOCIAL E POLITICA

Medidas de acção adoptadas para defesa dos interesses dos trabalhadores ... Preço 10800



CGTIP INTERSINDICAL

ESTATUTOS

* REGULAMENTO DO CONSELHO GERAL

6/ ESTATUTOS DA CGTP-IN

Contém o organograma do Movimento Sindical - Preço 7850



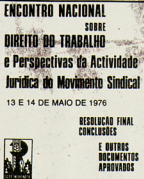
PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

CONGRESSOS DA CGTP-INTERSINDICAL

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

7/ PARA A HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL

Preço - 120800



ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO

e Perspectivas da Actividade Jurídica do Movimento Sindical

13 E 14 DE MAIO DE 1976

RESOLUÇÃO FINAL CONCLUSÕES E OUTROS DOCUMENTOS APROVADOS

8/ ENCONTRO NACIONAL SOBRE DIREITO DO TRABALHO

Preço - 20800



HISTÓRIA DA INTERSINDICAL

9/ HISTÓRIA DA INTERSINDICAL

ALAVANCA EM BANDA DESENHADA 1.º VOLUME Preço - 10800

"O TRABALHO DÁ PÃO, A VIOLÊNCIA NÃO"

É este o fantástico, mas simples, grito, do Homem e da Terra. Porque, sem terra, não haveria razão de ser para o camponês. Mas, sem o esforço criador dos trabalhadores, a terra seria estéril, inútil, improdutivo.

Só com o esforço conjugado da Terra e do Homem
"O TRABALHO PODE DAR PÃO. Mas "A VIOLÊNCIA, NÃO!"

